

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**ENTRE LIBERDADE E DESDEMOCRATIZAÇÃO: O NEOLIBERALISMO E
A CRISE DA DEMOCRACIA EM WENDY BROWN**

JULIA DO CARMO CARBONO

SÃO CARLOS/SP

2026

JULIA DO CARMO CARBONO

**ENTRE LIBERDADE E DESDEMOCRATIZAÇÃO: O NEOLIBERALISMO E
A CRISE DA DEMOCRACIA EM WENDY BROWN**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Pedro José Floriano Ribeiro

SÃO CARLOS/SP

2026

FICHA CATALOGRÁFICA

Carbono, Julia do Carmo

Entre liberdade e desdemocratização : O neoliberalismo e a crise da democracia em Wendy Brown / Julia do Carmo Carbono -- 2026.

71f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos

Orientador (a): Pedro José Floriano Ribeiro

Banca Examinadora: Gabriel Avila Casalecchi, Gleyton Carlos da Silva Trindade

Bibliografia

1. Ciência Política. I. Carbono, Julia do Carmo. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Arildo Martins - CRB/8 7180



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Julia do Carmo Carbono, realizada em 25/02/2026.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Pedro José Floriano Ribeiro (UFSCar)

Prof. Dr. Gabriel Ávila Casalecchi (UFSCar)

Prof. Dr. Gleyton Carlos da Silva Trindade (UNIFAL)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.

Aos meus avós, Julia Temoteo do Carmo e João do Carmo (in memoriam). A escrita deste trabalho é herdeira da luta que travaram, transformando a enxada que empunharam na caneta com a qual escrevo hoje.

AGRADECIMENTOS

A realização desta dissertação só foi possível graças ao apoio, orientação e incentivo de diversas pessoas e instituições, às quais desejo expressar minha profunda gratidão.

Em primeiro lugar, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento desta pesquisa. Ser pesquisadora no Brasil é um desafio constante, marcado muitas vezes pela escassez de recursos e pela limitação estrutural em nossas instituições de ensino superior. Nesse contexto, ser mulher e ocupar um espaço na pós-graduação, especialmente na Ciência Política, carrega significados especiais: é a continuidade de caminhos abertos por tantas que vieram antes de mim, tornando possível que eu hoje possa seguir e expandir esse legado.

Aos meus pais, Carmen e Sergio, que sempre acreditaram em mim, muitas vezes mais do que eu mesma, e para quem a educação sempre foi vista como um instrumento transformador, capaz de abrir caminhos inéditos. Foram vocês que me incentivaram a trilhar este percurso, mesmo que tortuoso e denso, mostrando que apenas esse caminho me levaria a lugares que jamais puderam habitar. Agradeço também à minha irmã Mayara, cujo colo e ombro foram essenciais para que eu chegasse até aqui. Aquela que me escuta, acolhe, aconselha e, acima de tudo, acredita no meu potencial enquanto pesquisadora.

Aos meus tios Maria, Isaura e João, pessoas especiais com quem tive a oportunidade de compartilhar a vida e aprender que as diferenças são essenciais para nos transformar. Vocês me ensinaram que amar não exige retorno e que os conhecimentos mais valiosos muitas vezes vêm diretamente do coração.

Às minhas amigas de vida, Vitória, Isabela e Natalia, que me amam sem exigir nada em troca, que me acolhem nos momentos mais delicados e estiveram presentes em todas as etapas da minha trajetória acadêmica, da infância à vida adulta. Vocês me acompanharam ao longo destes dois anos de mestrado, transformadores e muitas vezes solitários, me ajudando a transformar dificuldades em risadas e tornando a jornada mais leve e significativa.

Às minhas irmãs de casa, Fernanda, Giovana e Maria Fernanda, sem vocês nada disso teria sido possível. Vocês me apoiaram nos momentos mais sensíveis, tanto acadêmica quanto emocionalmente, mostrando que irmandade não se define apenas pelo sangue, mas pelos laços de amor e união. Nossa casa foi, e sempre será, um verdadeiro lar.

Agradeço às minhas irmãs e irmãos da Pós-Graduação, Isabella, Cristiane, Antonio, Murilo e Victor. Vocês me mostraram que a pós-graduação não precisa ser solitária, muito menos competitiva. Este espaço, além de possibilitar a construção coletiva do conhecimento, pode ser de acolhimento, oferecendo apoio nas situações mais difíceis e celebrando as mais engraçadas. Nossas viagens a congressos e estadias em hotéis moldaram a forma como percebo parceria e presença. Obrigada por essa família que construímos na Ciência Política.

Ao Prof. Dr. Gabriel Avila Casalecchi, que transformou o Grupo de Pesquisa sobre Comportamento Político – VOX não apenas em um espaço de pesquisa e debate analítico, mas em um verdadeiro ambiente de construção coletiva, troca de conhecimento e apoio mútuo. Agradeço especialmente por me ajudar a enxergar novos caminhos para esta pesquisa e por mostrar que a abordagem qualitativa também pode ser instigante, rica e inspiradora.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Pedro José Floriano Ribeiro, que me acolheu na UFSCar, vinda de outra instituição, cheia de medos e sonhos, e confiou no meu potencial para a realização desta pesquisa. Sou imensamente grata por estes dois anos de orientação, por tudo que me ensinou e pelas habilidades que pude desenvolver a partir de nossos diálogos, aprendizados que vão além do âmbito acadêmico e que moldaram profundamente minha trajetória como pesquisadora.

Agradeço ao Prof. Dr. Gleyton Carlos da Silva Trindade, meu orientador na graduação em Ciências Sociais na UNIFAL-MG, que me apresentou uma nova forma de fazer Ciência Política e sempre me encorajou a não desistir da academia. Sou profundamente grata por ter despertado em mim a paixão por esta temática de pesquisa; sem sua orientação e incentivo, não teria chegado até aqui.

Agradeço a todas as professoras e professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos, cuja orientação e ensinamentos foram fundamentais para a realização desta pesquisa. Com vocês, aprendi o significado de dedicação e excelência acadêmica. Obrigada por todo o caminho que trilhamos juntos e pelo que ainda poderemos construir.

“E, por mais que forcejasse, não se convenciu de que o soldado amarelo fosse governo. Governo, coisa distante e perfeita, não podia errar. O soldado amarelo estava ali perto, além da grade, era fraco e ruim, jogava na esteira com os matutos e provocava-os depois. O governo não devia consentir tão grande safadeza.”

Graciliano Ramos

RESUMO

Nas últimas décadas, democracias consolidadas e emergentes têm experimentado processos graduais de erosão institucional e enfraquecimento dos mecanismos democráticos, fenômeno identificado como desdemocratização. Esta dissertação analisa esse processo a partir da obra de Wendy Brown, investigando como sua crítica à racionalidade neoliberal permite compreender a reconfiguração do Estado, da cidadania e do conceito de liberdade no contexto democrático contemporâneo. Metodologicamente, a pesquisa adota a Análise de Conteúdo, combinando uma abordagem quantitativa e qualitativa. O corpus empírico é composto por livros, artigos e ensaios publicados por Brown entre 1988 e 2023, analisados por meio de um dicionário de categorias conceituais que permite mapear a frequência, a recorrência e as relações entre os principais conceitos mobilizados ao longo de sua trajetória intelectual. Os resultados indicam que a obra de Wendy Brown se organiza por deslocamentos progressivos de ênfase conceitual, e não por rupturas abruptas. A análise revela a permanência do conceito de poder como eixo estruturante do corpus, bem como a transição de uma crítica inicialmente centrada nas formas de sujeição associadas ao gênero para uma análise mais ampla das racionalidades de governo. Nesse percurso, o neoliberalismo emerge como categoria central, culminando no diagnóstico da desdemocratização. A pesquisa demonstra que, sob a racionalidade neoliberal, a liberdade é reconfigurada como atributo individual instrumental, subordinado às lógicas de mercado e eficiência, o que contribui para o esvaziamento da soberania popular e da experiência democrática. Ao mapear empiricamente essas mutações conceituais, o estudo contribui para a compreensão da crise democrática contemporânea e para o debate sobre os limites da liberdade neoliberal.

Palavras-chave: liberdade, liberdade neoliberal, cidadania sacrificial, desdemocratização, neoliberalismo, Wendy Brown.

ABSTRACT

Over recent decades, consolidated and emerging democracies have experienced gradual processes of institutional erosion and the weakening of democratic mechanisms, a phenomenon identified as de-democratization. This dissertation analyzes this process through the work of Wendy Brown, investigating how her critique of neoliberal rationality helps to explain the reconfiguration of the state, citizenship, and the concept of freedom in the contemporary democratic context. Methodologically, the study adopts Content Analysis, combining quantitative and qualitative approaches. The empirical corpus consists of books, articles, and essays published by Brown between 1988 and 2023, analyzed through a dictionary of conceptual categories that allows for mapping the frequency, recurrence, and relationships among the main concepts mobilized throughout her intellectual trajectory. The results indicate that Wendy Brown's work is structured through progressive shifts in conceptual emphasis rather than abrupt ruptures. The analysis reveals the persistence of the concept of power as a structuring axis of the corpus, as well as a transition from an initial critique centered on forms of subjection associated with gender to a broader analysis of rationalities of government. Within this trajectory, neoliberalism emerges as a central category, culminating in the diagnosis of de-democratization. The research demonstrates that, under neoliberal rationality, freedom is reconfigured as an instrumental individual attribute, subordinated to market logics and efficiency imperatives, contributing to the hollowing out of popular sovereignty and democratic experience. By empirically mapping these conceptual transformations, the study contributes to the understanding of the contemporary democratic crisis and to debates on the limits of neoliberal freedom.

Keywords: freedom, neoliberal freedom, sacrificial citizenship, de-democratization, neoliberalism, Wendy Brown.

RÉSUMÉ

Au cours des dernières décennies, les démocraties consolidées et émergentes ont connu des processus graduels d'érosion institutionnelle et d'affaiblissement des mécanismes démocratiques, phénomène identifié comme dédémocratisation. Cette dissertation analyse ce processus à partir de l'œuvre de Wendy Brown, en examinant comment sa critique de la rationalité néolibérale permet de comprendre la reconfiguration de l'État, de la citoyenneté et du concept de liberté dans le contexte démocratique contemporain. Sur le plan méthodologique, la recherche adopte l'Analyse de Contenu, en combinant une approche quantitative et qualitative. Le corpus empirique est composé de livres, d'articles et d'essais publiés par Brown entre 1988 et 2023, analysés à l'aide d'un dictionnaire de catégories conceptuelles permettant de cartographier la fréquence, la récurrence et les relations entre les principaux concepts mobilisés tout au long de sa trajectoire intellectuelle. Les résultats indiquent que l'œuvre de Wendy Brown s'organise autour de déplacements progressifs de l'accent conceptuel, plutôt que de ruptures abruptes. L'analyse révèle la permanence du concept de pouvoir comme axe structurant du corpus, ainsi que la transition d'une critique initialement centrée sur les formes de sujétion associées au genre vers une analyse plus large des rationalités de gouvernement. Dans ce parcours, le néolibéralisme émerge comme catégorie centrale, culminant dans le diagnostic de la dédémocratisation. La recherche montre que, sous la rationalité néolibérale, la liberté est reconfigurée comme un attribut individuel instrumental, subordonné aux logiques du marché et aux impératifs d'efficacité, ce qui contribue à l'évidement de la souveraineté populaire et de l'expérience démocratique. En cartographiant empiriquement ces mutations conceptuelles, l'étude contribue à la compréhension de la crise démocratique contemporaine et au débat sur les limites de la liberté néolibérale.

Mots-clés : liberté, liberté néolibérale, citoyenneté sacrificielle, dé-démocratisation, néolibéralisme, Wendy Brown.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Nuvem de palavras – Todas as obras selecionadas de Wendy Brown.....	58
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Rede de correlação de palavras.....	62
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Obras Wendy Brown.....	39-40
Quadro 2 – Dicionário palavras-chave.....	41-42
Quadro 3 – Fases de Wendy Brown.....	44

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de menções e percentual do total - <i>Manhood and Politics: A feminist reading in Political Theory</i>	45
Tabela 2 – Número de menções e percentual do total - <i>States of Injury: Power and Freedom in Late Modernity</i>	46
Tabela 3 – Número de menções e percentual do total - <i>Suffering Rights as Paradoxes</i>	47
Tabela 4 – Número de menções e percentual do total - <i>Tolerance and/or Equality The “Jewish Question” and The “Woman Question”</i>	47
Tabela 5 – Número de menções e percentual do total - <i>The impossibility of Women's Studies</i>	48
Tabela 6 – Número de menções e percentual do total - <i>Resisting Left Melancholy</i>	49
Tabela 7 – Número de menções e percentual do total - <i>Politics Out Of History</i>	49
Tabela 8 – Número de menções e percentual do total – <i>Edgework: Critical Essays on Knowledge and Politics</i>	50
Tabela 9 – Número de menções e percentual do total - <i>American Nightmare, Neoliberalism, Neoconservatism, and Democratization</i>	51
Tabela 10 – Número de menções e percentual do total - <i>Feminist Theory and The Frankfurt School: Introduction</i>	52
Tabela 11 – Número de menções e percentual do total - <i>Regulating Aversion: Tolerance in The Age Of Identity and Empire</i>	52
Tabela 12 – Número de menções e percentual do total - <i>Power After Foucault</i>	53
Tabela 13 – Número de menções e percentual do total - <i>Walled States, Wanning Sovereignty</i>	53
Tabela 14 – Número de menções e percentual do total – <i>Undoing the Demos: Neoliberalism’s Stealth Revolution</i>	55
Tabela 15 – Número de menções e percentual do total – <i>Sacrificial Citizenship: Neoliberalism, Human Capital, and Austerity Politics</i>	55
Tabela 16 – Número de menções e percentual do total - <i>We Are All Democrats Now</i>	56
Tabela 17 – Número de menções e percentual do total – <i>The Power of Tolerance: A Debate</i>	58
Tabela 18 – Número de menções e percentual do total – <i>In The Ruins of Neoliberalism: The Rise Of Anti-Democratic Politics In The West</i>	58
Tabela 19 – Número de menções e percentual do total – <i>Nihilistic Times: Thinking With Max Weber</i>	59

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	17
2. A DEMOCRACIA EM CRISE: DEVEMOS NOS PREOCUPAR?	21
2.1. O fim da certeza democrática	21
2.2. A morfologia do retrocesso	23
2.3. A autocratização em números.....	25
3. AS RAÍZES DA DESDEMOCRATIZAÇÃO	28
3.1. A Perspectiva Institucional	30
3.2. A Perspectiva Econômico-Estrutural	31
3.3. A Perspectiva Cultural.....	32
3.4. Para além das abordagens setoriais	34
4. METODOLOGIA	37
4.1. Procedimentos Metodológicos: Análise de Conteúdo	37
4.2. Constituição do corpus: critérios de amostragem e dicionário	38
5. RESULTADOS	43
5.1 Fase I — Poder, liberdade e crítica feminista.....	45
5.2 Fase II — Liberalismo, direitos e tolerância: a crítica normativa.....	50
5.3 Fase III — Neoliberalismo e desdemocratização	54
5.4 Síntese Comparativa: A Trajetória da Crítica e as Mutações do Poder	59
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
7. REFERÊNCIAS	67
APÊNDICE A - CÓDIGO EM PYTHON PARA A CONSTRUÇÃO DA REDE DE CORRELAÇÃO ENTRE PALAVRAS	70

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a democracia liberal tem sido objeto de um conjunto crescente de diagnósticos que apontam para processos de erosão institucional, autocratização gradual e enfraquecimento de seus fundamentos normativos. Indicadores internacionais, como os produzidos pelo projeto do Instituto *Varieties of Democracy* (V-Dem), bem como análises teóricas recentes, sugerem que esse fenômeno não se restringe a democracias jovens ou frágeis, mas atinge também regimes historicamente consolidados. Trata-se, portanto, de um processo difuso e transversal, que desafia concepções tradicionais de estabilidade democrática e exige novas chaves interpretativas.

Embora a literatura especializada ofereça múltiplas explicações para esse cenário, enfatize fatores institucionais, econômicos e/ou culturais, parte significativa desses diagnósticos permanece fragmentada, tratando isoladamente dimensões que, na prática, se articulam de maneira profunda. Tal compartimentalização analítica tende a obscurecer os mecanismos pelos quais transformações estruturais do capitalismo contemporâneo, mudanças na cultura política e reconfigurações da subjetividade democrática se combinam para produzir um ambiente de vulnerabilidade institucional persistente.

É nesse contexto que se insere a contribuição da teórica política Wendy Brown. Ao longo de sua obra, a autora desenvolve uma crítica abrangente à racionalidade neoliberal, compreendida não apenas como um conjunto de políticas econômicas, mas como uma forma de governo que reorganiza o Estado, redefine a cidadania e transforma o próprio significado da liberdade. Este trabalho não se propõe a oferecer uma reconstrução exaustiva ou biográfica de sua produção intelectual, tampouco realizar um exercício clássico de história das ideias. O objetivo central consiste em mobilizar sua trajetória teórica como uma lente privilegiada para interpretar a crise contemporânea da democracia, com especial atenção às transformações neoliberais do conceito de liberdade.

Nesse esforço interpretativo, o conceito de desdemocratização, formulado por Wendy Brown, ocupa posição central. Diferentemente de abordagens que associam o declínio democrático exclusivamente a rupturas institucionais abruptas, a autora propõe compreender a desdemocratização como um processo gradual e estrutural, no qual os princípios substantivos da democracia são progressivamente esvaziados, mesmo quando suas formas institucionais permanecem formalmente preservadas. Trata-se de um movimento silencioso, mas profundo, que corrói o conteúdo normativo da democracia a partir de dentro.

Um dos eixos fundamentais desse processo reside na crescente fusão entre poder político e poder corporativo. Sob a racionalidade neoliberal, funções historicamente atribuídas ao Estado passam a ser transferidas ou subordinadas ao setor privado, convertendo políticas públicas, especialmente aquelas relacionadas ao bem-estar social, em oportunidades de valorização econômica. O Estado, nesse contexto, deixa de operar prioritariamente como mediador do interesse coletivo e passa a atuar segundo lógicas empresariais, orientadas pela eficiência, pela competitividade e pela maximização de resultados.

Essa reconfiguração alcança também a esfera da participação política. As eleições, embora mantidas como elemento central da democracia liberal, passam a ser atravessadas por uma lógica mercantil, na qual o voto se aproxima de um ato de consumo e os candidatos são apresentados como produtos a serem escolhidos. O marketing político e o sucesso midiático assumem centralidade no processo eleitoral, reduzindo a vida política à dinâmica da oferta e da demanda e enfraquecendo seu potencial deliberativo, coletivo e transformador.

Paralelamente, a racionalidade neoliberal transforma o Estado em um gestor de negócios, deslocando o foco da ação pública de valores substantivos da democracia, como igualdade, justiça social e soberania popular, para critérios de desempenho, metas e resultados mensuráveis. Instituições públicas passam a se organizar segundo modelos empresariais, nos quais a eficácia administrativa tende a se sobrepor à legitimidade democrática, legitimando práticas que esvaziam o conteúdo político do autogoverno.

Outro elemento central da desdemocratização refere-se à reconfiguração das relações entre os poderes do Estado, especialmente por meio da ampliação do papel de instâncias não eleitas nos processos decisórios. A crescente judicialização da política e o fortalecimento de arenas institucionais pouco permeáveis à participação popular contribuem para deslocar decisões fundamentais para espaços distantes do controle democrático direto, enfraquecendo o princípio da soberania do *demos*.

Esses processos, articulados entre si, culminam na erosão da soberania do Estado-nação, tradicionalmente concebido como o *locus* da política legítima e da cidadania moderna. À medida que o Estado perde capacidade de decisão autônoma diante de forças econômicas transnacionais e de racionalidades que excedem o campo político, tornam-se frágeis os fundamentos que sustentavam sua autoridade democrática. O resultado é a emergência de formas de governo que preservam a aparência institucional da democracia, mas esvaziam progressivamente seu conteúdo normativo e emancipatório.

Além disso, a noção de crise democrática mobilizada neste trabalho afasta-se de leituras que a compreendem como um momento excepcional ou transitório, passível de superação por meio de ajustes institucionais pontuais. Ao contrário, parte-se da premissa de que a desdemocratização corresponde a um processo histórico de longa duração, no qual as promessas normativas da democracia liberal entram em tensão permanente com as transformações do capitalismo contemporâneo. Tal perspectiva permite compreender por que mecanismos formais de representação e participação política permanecem em funcionamento mesmo quando a capacidade efetiva de autogoverno popular se encontra severamente limitada.

Nesse sentido, o neoliberalismo não deve ser entendido apenas como um regime econômico ou um conjunto de políticas públicas, mas como uma racionalidade que reorganiza as formas de pensar, agir e se relacionar politicamente. Ao produzir sujeitos orientados pela lógica da concorrência, da performance e da autovalorização constante, essa racionalidade redefine a própria experiência da cidadania. A liberdade deixa de ser concebida como participação coletiva na definição dos rumos comuns e passa a ser associada à maximização de escolhas individuais em um mercado ampliado, esvaziando sua dimensão política e democrática.

A centralidade do conceito de liberdade na obra de Wendy Brown revela-se, portanto, uma alternativa para compreender os impasses atuais da democracia. Ao historicizar as diferentes acepções da liberdade no pensamento político, a autora demonstra como esse conceito foi progressivamente capturado pela racionalidade neoliberal, tornando-se compatível com formas de dominação econômica e desigualdade estrutural. Assim, longe de operar como princípio emancipatório, a liberdade neoliberal tende a legitimar a responsabilização individual por fracassos sociais, obscurecendo relações de poder e minando a solidariedade democrática.

Do ponto de vista metodológico e epistemológico, a escolha por Wendy Brown também se justifica por sua capacidade de articular teoria política, crítica social e análise histórica sem recorrer a explicações reducionistas. Sua abordagem permite conectar níveis macroestruturais, como o funcionamento do capitalismo global e a reconfiguração do Estado, a processos micropolíticos, relacionados à formação de subjetividades e disposições normativas. Tal articulação é particularmente relevante para esta dissertação, uma vez que o fenômeno da desdemocratização não pode ser plenamente apreendido apenas por indicadores institucionais ou análises comportamentais isoladas.

Dessa forma, ao incorporar a noção de desdemocratização como eixo analítico central, este trabalho busca contribuir para o debate contemporâneo ao evidenciar que a crise da democracia liberal não se manifesta apenas na ascensão de lideranças autoritárias ou no enfraquecimento de freios e contrapesos, mas também e sobretudo na transformação silenciosa dos significados que sustentam a própria ideia de democracia. Compreender essas mutações conceituais e normativas torna-se, assim, condição indispensável para qualquer reflexão crítica sobre o futuro do regime democrático.

Diante desse cenário, esta dissertação sustenta que a obra de Wendy Brown oferece um arcabouço teórico particularmente fecundo para compreender a crise contemporânea da democracia liberal. Ao articular neoliberalismo, subjetividade, liberdade e soberania, a autora permite interpretar a desdemocratização não como um desvio ocasional ou um efeito colateral de crises conjunturais, mas como expressão de uma mutação profunda na racionalidade política que organiza as sociedades contemporâneas. Assim, ao longo dos capítulos que se seguem, busca-se demonstrar que compreender essa racionalidade é condição indispensável para refletir criticamente sobre os limites da democracia no presente e sobre os desafios que se impõem à sua preservação.

2. A DEMOCRACIA EM CRISE: DEVEMOS NOS PREOCUPAR?

Este capítulo se dedica ao mapeamento da crise das democracias contemporâneas, buscando estabelecer um diagnóstico preciso sobre a natureza e a extensão dos retrocessos observados nas últimas décadas. O objetivo central é demonstrar que o fenômeno da autocratização não se configura como uma série de desvios conjunturais, mas como um processo estrutural de reconfiguração do poder político.

Para tanto, a argumentação se divide em três momentos fundamentais. Inicialmente, discute-se o esgotamento do otimismo liberal do pós-Guerra Fria, confrontando a tese da inevitabilidade democrática com a realidade da contingência política. Em seguida, analisa-se a morfologia do retrocesso, detalhando como as novas formas de autoritarismo operam por meio da erosão institucional gradual e legalista, em oposição às rupturas abruptas do passado. Por fim, apresenta-se um panorama estatístico baseado nos dados do Instituto V-Dem, oferecendo o suporte empírico necessário para sustentar a tese de que vivenciamos uma crise de regime em escala global. Ao final destas páginas, pretende-se consolidar a justificativa de que o estudo da democracia exige, hoje, uma vigilância analítica sobre sua própria possibilidade de desaparecimento.

2.1. O fim da certeza democrática

A análise das democracias contemporâneas exige, primordialmente, um acerto de contas com o otimismo teórico que balizou a Ciência Política nas últimas décadas do século XX. O marco referencial desse período foi a tese do "Fim da História"¹, formulada por Francis Fukuyama (1992), que não deve ser lida meramente como uma profecia ingênua, mas como a cristalização de um *zeitgeist* acadêmico e institucional. Segundo essa perspectiva, o colapso do bloco soviético e o esgotamento das alternativas sistêmicas ao capitalismo liberal teriam alçado à democracia liberal ao posto de ponto final da evolução ideológica da humanidade. A democracia deixou de ser vista como um processo contingente para ser tratada como um destino inevitável, uma "certeza" normativa que as nações alcançariam à medida que se modernizassem economicamente.

Essa percepção foi reforçada pela teoria da "Terceira Onda" de Samuel Huntington (1994) e, mais especificamente, pelos critérios de consolidação democrática propostos por Juan Linz e Alfred Stepan (1996). Para estes autores, a democracia estaria consolidada quando se tornasse "o único jogo na cidade" (*the only game in town*), ou seja, quando os

¹ FUKUYAMA, Francis. O fim da história e o último homem. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

atores políticos, sociais e institucionais aceitassem que seja qual for a mudança no poder, ela deveria ocorrer estritamente dentro dos parâmetros constitucionais.

Esse conjunto de formulações contribuiu para a consolidação de uma leitura teleológica da democracia, segundo a qual o regime democrático liberal representaria não apenas uma forma superior de organização política, mas também um estágio final e irreversível do desenvolvimento histórico. A democracia passou, assim, a ser concebida menos como um arranjo político sujeito a disputas e colapsos e mais como um horizonte normativo estabilizado, cuja reprodução dependeria fundamentalmente do tempo e do crescimento econômico.

No entanto, o que a historiografia política recente demonstra é que essa "certeza" gerou uma espécie de cegueira analítica. Ao focar excessivamente na transição e na consolidação das instituições formais, a academia negligenciou o que Guillermo O'Donnell (1998) já alertava sob o conceito de "democracias delegativas": regimes que, embora eleitoralmente legítimos, careciam de componentes liberais de controle (*accountability*) marcados por uma baixa intensidade de cidadania.

O'Donnell argumentava que a existência de eleições limpas não garantia, por si só, a sobrevivência de uma cultura democrática ou o funcionamento dos freios e contrapesos. O erro de muitos teóricos da consolidação foi supor que o tempo e o crescimento econômico transformariam automaticamente democracias frágeis em regimes liberais robustos. Todavia, o que se observa no alvorecer do século XXI é um movimento inverso. Como aponta a literatura sobre *backsliding*, a "certeza" democrática está sendo erodida não por forças externas ou rupturas revolucionárias, mas por uma degradação interna conduzida por atores que ascendem ao poder por vias legítimas para, em seguida, sabotar os mecanismos de controle que limitariam sua autoridade.

Nesse sentido, Adam Przeworski contribui de maneira decisiva ao recolocar a incerteza no centro da definição de democracia. Para o autor, a democracia não é um regime que garante resultados substantivos específicos, mas um sistema institucionalizado de competição no qual os atores aceitam a possibilidade real de perder o poder. A estabilidade democrática, portanto, não decorre da inevitabilidade histórica, mas da disposição dos perdedores em continuarem jogando o jogo democrático. Quando essa aceitação se rompe, abre-se espaço para estratégias de erosão institucional conduzidas a partir do interior do regime.

Portanto, o debate contemporâneo não se limita a descrever o colapso de regimes periféricos, mas a reconhecer a vulnerabilidade das chamadas "democracias

consolidadas". O declínio dos indicadores de liberdade em países como os Estados Unidos, a Índia e membros da União Europeia desafia a tese de que haveria um patamar civilizatório de onde não se poderia retroceder. A crise atual revela que a democracia não é uma estrutura estática, mas um equilíbrio dinâmico e precário entre a participação popular e as garantias liberais. Ao desmoronar a premissa da inevitabilidade democrática, a Ciência Política é forçada a retomar a democracia como um problema empírico aberto: o reconhecimento de que o regime pode, sim, retroceder ou desmoronar.

Dessa forma, este capítulo propõe que o estudo da crise democrática não deve ser encarado como uma análise de patologias isoladas, mas como o estudo de um processo de “desdemocratização” (Brown, 2015) que atravessa as dimensões institucionais, econômicas e subjetivas da vida política moderna. O fim da certeza democrática marca, assim, a transição de uma era de arrogância teórica para uma era de vigilância analítica, onde o futuro do autogoverno volta a ser uma questão de disputa incerta e urgente.

2.2. A morfologia do retrocesso

Se o colapso das democracias no século XX era frequentemente anunciado pelo ruído de tanques nas ruas e pela suspensão imediata das constituições, o retrocesso contemporâneo é marcado pelo silêncio das instituições que, embora permaneçam de pé, são progressivamente esvaziadas de sua substância. Como observa Fonseca (2020), o cenário atual contrasta severamente com o otimismo das décadas de 1980 e 1990, revelando que a democracia deixou de ser um horizonte estabilizado para tornar-se um problema empírico de erosão. A literatura contemporânea convencionou chamar esse fenômeno de *democratic backsliding* (retrocesso democrático), um processo de degradação incremental que ocorre no interior das regras do jogo. Conforme pontuam Levitsky e Ziblatt (2018), as democracias hoje morrem não pelas mãos de generais, mas de líderes eleitos que subvertem o sistema que os levou ao poder.

A sofisticação desse novo autoritarismo reside na manutenção da aparência democrática. Ao contrário dos golpes de Estado clássicos, que geravam uma ruptura clara de legalidade, o *backsliding* é ambíguo (*executive aggrandizement*) e tornou-se a técnica predominante: o governante eleito enfraquece a oposição e os mecanismos de controle institucional de forma gradual, se utilizando de reformas administrativas, judiciárias ou constitucionais justificadas como "vontade da maioria". É o que Yascha Mounk (2019)

classifica como uma "desconsolidação", em que o componente liberal (direitos e freios ao poder) é sacrificado no altar de um majoritarismo sem limites.

Para o Mounk (2019), a democracia se refere ao conjunto de mecanismos por meio dos quais os sujeitos participam das decisões relativas à ordem política, enquanto o liberalismo diz respeito às restrições impostas ao exercício do poder, voltadas à proteção dos direitos individuais. A dissociação entre esses dois pilares resulta em duas formas patológicas de regime: a "democracia iliberal" e o "liberalismo antidemocrático" (Mounk, 2019, p. 40). No caso da democracia iliberal, observa-se predominantemente a ascensão de governos populistas, cujo objetivo central é a supressão de direitos fundamentais. Esses governantes tendem a se apresentar como outsiders do sistema político, explorando o descontentamento dos eleitores com a política tradicional e com as instituições democráticas, aprofundando ainda mais a fragilização da ordem democrática.

Nesse modelo, as "grades de proteção" (*guardrails*) da democracia, as normas informais de comportamento político, são as primeiras a ruir. A primeira delas é a tolerância mútua, o reconhecimento de que rivais políticos são concorrentes legítimos, e não inimigos existenciais. A segunda é a reserva institucional, que implica o autocontrole dos líderes em não utilizar todas as suas prerrogativas legais para destruir oponentes. Quando essas normas são abandonadas, o sistema de freios e contrapesos transforma-se em arma de guerra política: o *impeachment*, as nomeações judiciais e as investigações estatais deixam de servir ao equilíbrio para servirem ao expurgo da dissidência.

A aplicação prática dessa morfologia pode ser observada com clareza na trajetória da Hungria sob Viktor Orbán. Desde 2010, o país passou por um dismantelamento gradual dos mecanismos de controle, não através de tanques, mas de uma nova Constituição e centenas de leis que redesenharam distritos eleitorais (*gerrymandering*) e capturaram o Judiciário. O resultado, conforme o diagnóstico do Instituto V-Dem, foi a transição de uma democracia liberal para uma autocracia eleitoral, em que o rito das urnas é preservado, mas a competição deixa de ser justa e transparente.

Dinâmica semelhante, embora com traços de "populismo messiânico", observada em El Salvador. O governo de Nayib Bukele ilustra como a popularidade eleitoral pode ser convertida em capital para a erosão sistemática de garantias constitucionais. Através de estados de exceção prolongados e da ocupação militar do Parlamento, o regime salvadorenho logrou concentrar poderes extraordinários sob o pretexto da segurança pública, esvaziando a capacidade de *accountability* das instituições remanescentes.

Até mesmo contextos historicamente consolidados não estão imunes como os Estados Unidos, a erosão de normas informais e os ataques recorrentes à integridade do processo eleitoral evidenciam que o *backsliding* não é uma patologia exclusiva de democracias recentes. Como afirma Larry Diamond (2015), é possível observar uma redução global nos níveis de liberdade que atinge o cerne do sistema internacional, sinalizando que a "inflexão decisiva" em direção ao retrocesso é uma realidade estrutural do nosso tempo.

A análise desses casos revela que a crise democrática contemporânea não é um conjunto de episódios isolados, mas uma tendência morfológica que privilegia a "morte lenta" das instituições em detrimento de uma ruptura violenta. Essa transformação na forma como o poder é exercido e subvertido exige uma verificação rigorosa através de indicadores globais. Para além da teoria da erosão, se faz necessário observar como esses processos se traduzem em dados estatísticos e tendências regionais. Por essa razão, a seção seguinte dedicar-se-á ao mapeamento empírico da autocratização global, utilizando os dados mais recentes do Instituto V-Dem.

2.3. A autocratização em números

A transição da teoria do *backsliding* para a evidência factual encontra seu suporte mais robusto nos dados fornecidos pelo Instituto V-Dem (2025). Diferente de índices que avaliam apenas a presença de eleições, o V-Dem utiliza uma abordagem multidimensional para medir a qualidade democrática, capturando nuances que muitas vezes escapam à análise puramente institucional. O diagnóstico mais recente é inequívoco: o mundo atravessa a "Terceira Onda de Autocratização", um movimento que, em termos de escala e profundidade, reverteu os ganhos democráticos acumulados nas três décadas subsequentes à queda do Muro de Berlim.

Atualmente, estima-se que cerca de 72% da população mundial viva em regimes que apresentam tendências autocráticas, o patamar mais elevado desde a década de 1980. O dado mais alarmante é a mudança na natureza dos regimes: o declínio não é mais um fenômeno restrito a "democracias frágeis", mas atinge democracias liberais consolidadas. Como destaca o relatório de 2025, o nível de democracia desfrutado pelo cidadão global médio retrocedeu a patamares comparáveis aos de 1985, sinalizando que a expansão observada durante a Terceira Onda de Huntington foi, em grande medida, erodida.

A análise regional detalhada pelo V-Dem revela que a autocratização possui epicentros geográficos distintos, mas com táticas compartilhadas. Na Ásia do Sul e Central, a trajetória da Índia é emblemática: outrora a maior democracia do mundo, o país consolidou-se como uma autocracia eleitoral. O uso de leis de sedição, a repressão à sociedade civil e o nacionalismo religioso transformaram o ambiente político, resultando em uma queda drástica nos índices de liberdade de expressão e integridade eleitoral.

No Leste Europeu, a regressão é acentuada por casos como o da Bielorrússia, que se mantém como autocracia fechada, marcada por perseguições sistêmicas e restrições absolutas às liberdades acadêmicas e culturais. Contudo, é a Rússia que exemplifica o endurecimento totalitário no contexto de conflitos bélicos, em que a criminalização da dissidência e o controle da narrativa estatal selaram o fechamento do regime.

Na América Latina, o cenário é heterogêneo, mas preocupante. Embora o Brasil tenha apresentado sinais de resiliência institucional em ciclos recentes, vizinhos como Peru e El Salvador ilustram a volatilidade da região. O caso salvadorenho, já mencionado, destaca-se nos dados do V-Dem pela velocidade da queda: em menos de cinco anos, o país despencou nos índices de separação de poderes, evidenciando como a popularidade executiva pode ser utilizada para dismantelar o Estado de Direito.

Talvez o dado mais disruptivo para a teoria política tradicional seja o declínio persistente dos Estados Unidos. Desde 2014, o Índice de Democracia Liberal do país registra uma trajetória descendente, retornando a níveis observados antes das reformas de direitos civis da década de 1970. Os dados apontam para uma deterioração em áreas críticas: a crescente polarização afetiva, os ataques à imprensa e a desconfiança nas instituições eleitorais. Este declínio sugere que a erosão democrática não é um "problema do desenvolvimento", mas uma patologia que pode afetar o cerne do sistema democrático global, deslegitimando o modelo liberal em escala planetária.

Embora os dados do Instituto V-Dem ofereçam a base empírica mais abrangente para este diagnóstico, é imperativo reconhecer que a mensuração da democracia não é isenta de controvérsias metodológicas e epistemológicas. Críticos da literatura de índices apontam para possíveis vieses na seleção de especialistas, na subjetividade das codificações e em uma definição de democracia que, por vezes, prioriza excessivamente o modelo liberal-ocidental em detrimento de nuances sociopolíticas locais. Há, ainda, o questionamento sobre se a queda nos indicadores reflete uma mudança real na natureza do poder ou se estamos diante de um refinamento das ferramentas de observação que passaram a detectar imperfeições outrora invisíveis.

No entanto, a consciência dessas limitações não invalida o diagnóstico; ao contrário, ela o fortalece. O volume sem precedentes de dados compilados não apenas pelo V-Dem, mas também pela *Freedom House*, pelo *Economist Intelligence Unit* e por pesquisas de opinião como o *World Values Survey* e o *Latinobarómetro*, apontam para uma convergência de tendências que não passa despercebida. Quando diferentes metodologias, aplicadas por distintos institutos ao redor do globo, sinalizam de forma uníssona para um declínio na qualidade das instituições e no apoio normativo ao regime, a crise deixa de ser uma hipótese estatística para se tornar um fato social total.

Portanto, a justificativa para este estudo não repousa em um dado isolado, mas na densidade desse "consenso de crise" que tomou conta da agenda acadêmica e política. Em síntese, o diagnóstico aqui apresentado revela que a democracia contemporânea enfrenta um duplo desafio: uma erosão morfológica interna, conduzida por estratégias de *backsliding*, e uma pressão externa visível nos indicadores globais de liberdade.

Contudo, a descrição do "o quê e de onde" é apenas o primeiro passo do esforço analítico. Para que o debate seja completo, é necessário transitar da fenomenologia para explicações. Assim, o próximo capítulo dedicar-se-á a desvelar as raízes estruturais desse processo, investigando as transformações econômicas neoliberais, a crise do Estado-nação e a fragmentação da esfera pública digital, os verdadeiros motores que sustentam e impulsionam o retrocesso democrático em escala global.

3. AS RAÍZES DA DESDEMOCRATICAÇÃO

Após a sistematização do fenômeno da crise realizada no capítulo anterior no qual se evidenciou a difusão global de processos de autocratização e o enfraquecimento de democracias em distintos estágios de consolidação, faz-se necessário transitar do diagnóstico para a etiologia. Investigar as causas subjacentes a esse fenômeno exige que a Ciência Política abandone as explicações monocausais em favor de uma análise que reconheça a complexidade e a multidimensionalidade do retrocesso democrático. O desafio analítico reside em compreender como fatores de ordens distintas, que vão da economia política às transformações culturais, convergem para produzir um cenário de vulnerabilidade institucional sem precedentes no pós-Guerra Fria.

A literatura contemporânea tem se dedicado a decifrar esse enigma a partir de diferentes correntes explicativas, que operam em camadas sobrepostas da vida social. Este capítulo organiza tais abordagens em três grandes eixos analíticos: (I) a perspectiva institucional, centrada na erosão endógena das regras e normas de mediação política; (II) a perspectiva econômico-estrutural, que investiga as tensões insolúveis entre a dinâmica do capitalismo global e a promessa democrática de igualdade; e (III) a perspectiva cultural, que interpreta o retrocesso como um *backlash* identitário frente às transformações de valores nas sociedades pós-industriais.

Entretanto, argumenta-se nestas páginas que tais perspectivas, embora ofereçam recortes fundamentais da realidade, tendem a operar de forma compartimentada, muitas vezes falhando em capturar a racionalidade sistêmica que unifica esses sintomas. É nesse hiato teórico que se insere a contribuição de Wendy Brown. A tese central a ser desenvolvida é a qual a obra de Brown oferece o quadro analítico mais integrador para esta dissertação, ao propor que a desdemocratização não é apenas um subproduto de falhas institucionais ou crises econômicas, mas o resultado de uma mutação na própria racionalidade política. Para Brown, o avanço do neoliberalismo e sua aliança com o neoconservadorismo promovem um esvaziamento dos fundamentos normativos da democracia, transformando-a em uma casca institucional destituída de seu conteúdo soberano. Assim, antes de ser possível adentrar na especificidade da autora, se percorrerá os eixos explicativos tradicionais, estabelecendo as bases sobre as quais o diagnóstico de Brown se eleva como uma síntese crítica necessária para compreender por que a preservação da democracia se tornou o desafio existencial do século XXI.

A partir do final do século XIX, o liberalismo clássico passa a apresentar sinais de esgotamento, crise que se aprofunda ao longo do período compreendido entre

aproximadamente 1880 e as décadas de 1930 e 1940, em especial diante das transformações econômicas e sociais desencadeadas pelas guerras mundiais e pela Grande Depressão. É nesse contexto que emerge o neoliberalismo, não como uma simples continuidade do liberalismo anterior, mas como uma tentativa de sua reconfiguração histórica. Diferentemente de uma restauração pura do *laissez-faire*, o neoliberalismo se apresenta como uma forma de reabilitação do mercado enquanto princípio organizador da vida social, atribuindo ao Estado a função ativa de criar, garantir e expandir as condições de concorrência.

Nesse sentido, a crise do liberalismo clássico não resulta na negação da intervenção estatal, mas na sua redefinição. Como destacam Dardot e Laval (2016), o *laissez-faire* deixa de operar como dogma absoluto, abrindo espaço para técnicas de governo que, longe de se absterem da ação, passam a orientar, estimular e coordenar os interesses individuais em nome do bem geral. Nas palavras dos autores: “Contudo, por mais finas e flexíveis que sejam as doutrinas do direito natural e da dogmática do *laissez-faire*, as técnicas utilitaristas do governo liberal tentam orientar, estimular e combinar os interesses individuais para fazê-los servir ao bem geral” (Dardot; Laval, 2016, p. 33).

A partir dessa formulação, Dardot e Laval demonstram que o neoliberalismo não pode ser compreendido apenas como um conjunto de políticas econômicas ou como uma ideologia político-institucional. Trata-se, antes, de uma racionalidade abrangente que funda e modela os próprios sujeitos. Essa racionalidade opera por meio da produção de uma subjetividade, o homem empresarial, cuja conduta é orientada pela lógica da competição, do desempenho e da autovalorização permanente. Ao mesmo tempo, essa forma de racionalidade estrutura a organização social em escala global, contribuindo para a constituição da globalização como expressão de uma governamentalidade neoliberal, e em escala local, ao penetrar nas práticas cotidianas, nas instituições e nos modos de vida.

O neoliberalismo, portanto, não deve ser reduzido a uma superestrutura política ou ideológica no sentido clássico. Ele configura um sistema normativo de poder dotado de lógica própria, que se apoia na atuação ativa do Estado enquanto garantidor das condições de funcionamento do mercado e dos interesses do capital. Não se trata de um “plano de governo” coerente e fechado, mas de uma racionalidade expansiva e adaptativa, que se intensifica precisamente à medida que as crises se aprofundam. Ao produzir formas específicas de viver, de se relacionar com os outros e consigo mesmo, o neoliberalismo transforma o mercado no principal horizonte de ascensão social e converte a gestão da subjetividade humana em um de seus eixos centrais de funcionamento.

3.1. A Perspectiva Institucional

A primeira linha de interpretação sobre a crise contemporânea concentra-se na dimensão estritamente política, investigando como as instituições, outrora garantidoras da estabilidade, tornaram-se vetores de instabilidade ou instrumentos de sua própria destruição. No centro desta análise está o conceito de erosão endógena: a percepção de que a democracia não está sendo derrubada por inimigos externos, mas está colapsando a partir de suas próprias engrenagens. Como observa Castaldo (2018), as instituições políticas contribuem para a crise de duas formas simultâneas e que se reforçam mutuamente: pela incapacidade funcional de responder às demandas sociais e pelo seu uso subversivo por agentes autoritários que operam dentro da legalidade.

Historicamente, a estabilidade democrática foi pensada pela Ciência Política de Huntington a Linz, como um problema de capacidade decisória. O argumento era que o regime democrático perderia legitimidade se deixasse de produzir resultados percebidos como eficazes pela sociedade. Todavia, a crise institucional do século XXI apresenta uma camada adicional de complexidade: a falência dos sistemas de mediação, especificamente dos partidos políticos. Os partidos, que no modelo clássico de democracia representativa serviam como "*gatekeepers*" do sistema, perderam a capacidade de estruturar projetos coletivos e de filtrar lideranças com inclinações antidemocráticas. O esvaziamento programático das legendas e a sua transformação em meras máquinas de captação de recursos públicos geraram um vácuo de representação que passou a ser preenchido por *outsiders* e líderes populistas que se apresentam como "anti-institucionais" enquanto utilizam a estrutura do Estado para fins personalistas.

Essa dinâmica é aprofundada pela tese central de Levitsky e Ziblatt (2018), que desloca o foco das regras constitucionais escritas para as normas informais. Para os autores, a constituição mais perfeita do mundo é incapaz de proteger a democracia se não houver o suporte de dois pilares comportamentais: a tolerância mútua e a reserva institucional. A tolerância mútua implica o reconhecimento do adversário político como um rival legítimo, e não como um inimigo existencial que deve ser eliminado. A reserva institucional, por sua vez, é a autolimitação dos líderes: a decisão consciente de não utilizar todas as prerrogativas legais (como o poder de decreto, a nomeação política de juízes ou processos de *impeachment*) para destruir o equilíbrio entre os poderes.

O que se observa no cenário global, da Polônia à Turquia, e de forma acentuada nos Estados Unidos, é o abandono sistemático dessas normas. Quando a política é convertida em um "jogo de soma zero" e em uma "guerra cultural", os mecanismos de

controle e mediação são capturados e transformados em armas de guerra política. Este processo de instrumentalização da lei (*lawfare* ou erosão constitucional) permite que líderes eleitos desmantelem o sistema de freios e contrapesos sem violar formalmente a Constituição. É o que Nancy Bermeo (2016), já discutida no capítulo anterior sob a ótica do diagnóstico, define aqui sob o aspecto explicativo como o desfecho de uma crise de lealdade essencialmente institucional: o poder executivo expande suas fronteiras ao mesmo tempo em que o legislativo e o judiciário são paralisados ou cooptados.

Portanto, a perspectiva institucional revela que a crise não decorre apenas de um "ataque" à democracia, mas de uma fadiga estrutural. As instituições democráticas contemporâneas parecem sofrer de uma incapacidade crônica de processar conflitos, resultando em uma paralisia que gera descrédito popular e abre espaço para a "solução" autoritária. No entanto, para que esta análise institucional seja completa, é preciso questionar: por que as instituições perderam sua eficácia e por que o eleitorado passou a desprezar os mediadores tradicionais? A resposta, como veremos na seção seguinte, exige que olhar para tensões estruturais entre o sistema econômico e a ordem democrática.

3.2. A Perspectiva Econômico-Estrutural

Se a abordagem institucional se concentra nas engrenagens da política, a corrente econômico-estrutural sustenta que o retrocesso democrático é o sintoma de uma tensão insolúvel entre a dinâmica de acumulação do capitalismo contemporâneo e a promessa democrática de igualdade política. Esta perspectiva recupera o debate clássico sobre a "crise de legitimidade", formulado por Habermas (1988), para quem as democracias capitalistas operam sob uma contradição permanente: o Estado deve, simultaneamente, garantir as condições de reprodução do capital e assegurar a lealdade da massa através de políticas de bem-estar social. Quando o Estado falha em realizar essa mediação, seja por imperativos de austeridade ou pela globalização financeira, a crise econômica converte-se rapidamente em uma crise de confiança no próprio regime.

Essa contradição estrutural é atualizada por Przeworski (2021), que interpreta a crise atual como o resultado de uma acomodação instável entre o mercado e a urna. Enquanto o capitalismo é um sistema intrinsecamente gerador de desigualdades materiais, a democracia funda-se na premissa da igualdade de voz e influência. Essa tensão torna-se explosiva em contextos de estagnação da renda e precarização do trabalho. A democracia só é estável quando o crescimento econômico é suficiente para que os

perdedores das eleições aceitem os resultados, acreditando que sua situação melhorará no futuro. Na ausência desse horizonte, a legitimidade democrática evapora, e o sistema passa a ser percebido como um arranjo capturado por elites econômicas.

Nesse sentido, a contribuição de Wolfgang Streeck (2014) torna-se relevante para compreender a profundidade deste divórcio. Streeck argumenta que, desde a década de 1970, o capitalismo sobreviveu através de um "tempo comprado", utilizando sucessivas ondas de inflação, endividamento público e, finalmente, endividamento privado para mascarar o declínio do crescimento e a erosão do Estado social. O resultado foi a emergência do "Estado de Dívida", no qual os governos se tornaram mais responsáveis perante o "povo dos mercados", investidores e credores internacionais, do que perante o "povo do Estado", os sujeitos eleitores. A democracia se transforma, assim, em um rito esvaziado, no qual a escolha popular nas urnas não tem mais o poder de alterar as diretrizes macroeconômicas fundamentais, ditas "técnicas" ou "inevitáveis".

Essa impotência democrática frente à economia gera o que a literatura chama de "vencedores e perdedores da globalização". A desindustrialização e a expansão de empregos precários no setor de serviços produziram uma clivagem social profunda, em que grande parcela da população abraçam o sentimento de abandono pelo projeto liberal-democrático. Como aponta Przeworski, o ressentimento gerado pela insegurança econômica não se traduz necessariamente em uma demanda por mais democracia, mas frequentemente em um desejo de ordem e proteção oferecido por lideranças populistas.

Portanto, a perspectiva econômico-estrutural revela que a erosão democrática não é um acidente histórico, mas o desdobramento de uma racionalidade econômica que retirou a soberania das mãos do *demos*. O esvaziamento das promessas materiais da democracia fragilizou sua base normativa, tornando o regime vulnerável a discursos que opõem a "eficiência do mercado" ou a "vontade do líder" à lenta e muitas vezes ineficaz deliberação democrática. Contudo, essa insatisfação material não opera no vácuo; ela é canalizada e amplificada por identidades e valores culturais, tema que exploraremos na seção seguinte através do debate sobre o *backlash* cultural.

3.3. A Perspectiva Cultural

Uma terceira corrente interpretativa, de natureza sociológica e comportamental, sustenta que o retrocesso democrático encontra suas raízes mais profundas em transformações da cultura política e em conflitos de valores. Nessa abordagem, o foco desloca-se das estruturas institucionais e econômicas para as atitudes e identidades que

balizam a relação dos indivíduos com o regime. A premissa central, desenvolvida com vigor por Pippa Norris e Ronald Inglehart (2019), é a de que vivemos um "*backlash cultural*": uma reação conservadora e defensiva contra a rápida expansão de valores cosmopolitas e pós-materialistas nas democracias ocidentais.

A tese central do *backlash* se fundamenta na observação de uma "revolução silenciosa" que, desde o pós-guerra, promoveu o avanço de pautas como o liberalismo social, a igualdade de gênero, os direitos das minorias e o multiculturalismo. Para Inglehart (1977) e Inglehart e Welzel (2005), enquanto as gerações mais jovens abraçaram esses valores, setores mais tradicionais da sociedade passaram a experimentar um sentimento de deslocamento simbólico. Quando essas transformações atingem um ponto de inflexão, esses grupos tendem a se perceber como "estranhos em sua própria terra", desencadeando uma reação política marcada pela busca por ordem e autoridade.

Um elemento crucial para a densidade desta explicação reside na análise das coortes geracionais. Norris e Inglehart (2019) argumentam que o suporte ao populismo autoritário possui um recorte demográfico nítido: ele é significativamente mais forte entre as gerações mais velhas, especificamente os *Baby Boomers* e a "Geração Silenciosa", que foram socializados em um ambiente de valores fortemente materialistas.

Em contraste, as gerações *Millennial* e *Gen Z*, criadas sob condições de relativa segurança e maior exposição à diversidade global, tendem a priorizar valores pós-materialistas, como a proteção ambiental, a autonomia individual e o pluralismo identitário. O conflito contemporâneo é, portanto, um choque de eras. O declínio demográfico e a perda de hegemonia cultural das gerações mais velhas criam um senso de urgência existencial; o voto em líderes autoritários funciona como uma tentativa de "parar o relógio da história" e restaurar uma ordem social perdida.

A aplicação prática desta teoria pode ser observada em eventos da última década. O Brexit, no Reino Unido, ilustra como a pauta migratória fundiu o medo econômico com a ansiedade cultural. A campanha pela saída da União Europeia não se baseou apenas em argumentos fiscais, mas na promessa de "retomar o controle" de fronteiras e tradições nacionais frente a um cosmopolitismo percebido como alienígena.

Dinâmica semelhante ocorre na ascensão de partidos de extrema-direita na Europa continental, como o *AfD* na Alemanha e o *Rassemblement National* na França. Nesses casos, a imigração atua como o catalisador perfeito para o reflexo autoritário: ela simboliza a intrusão do "outro" em um espaço que o grupo tradicional reivindica como

seu. O adversário político deixa de ser alguém com quem se discorda sobre orçamentos para tornar-se uma ameaça aos valores fundamentais da nação.

Portanto, a perspectiva cultural revela que a crise democrática é também uma crise do consenso liberal. O enfraquecimento da democracia não decorre apenas de falhas técnicas do sistema, mas de um divórcio entre parcelas significativas da população e o projeto normativo da modernidade cosmopolita. Entretanto, para compreender como essas ansiedades culturais e pressões econômicas são amalgamadas em uma nova forma de governança, é preciso recorrer à síntese proposta por Wendy Brown, que demonstra como a desdemocratização opera na raiz dessa articulação.

3.4. Para além das abordagens setoriais

À luz das interpretações apresentadas nas seções anteriores, torna-se evidente que o retrocesso democrático não pode ser compreendido a partir de um único eixo explicativo. Transformações na cultura política, reconfigurações institucionais e dinâmicas econômicas estruturais interagem de forma contínua, produzindo um cenário no qual valores autoritários e ressentimentos identitários se reforçam mutuamente. Contudo, grande parte da literatura tende a privilegiar uma dessas dimensões de forma isolada. É nesse ponto que a contribuição de Wendy Brown se destaca como o quadro analítico mais integrador para esta pesquisa.

Diferente das abordagens que focam em falhas do sistema, Brown argumenta que a erosão contemporânea da democracia liberal deve ser entendida como um processo histórico profundo, que atinge os fundamentos normativos do regime. Esse processo é conceituado pela autora como desdemocratização: uma mutação na racionalidade política que permite que a democracia persista formalmente enquanto perde, de modo progressivo, seu conteúdo substantivo de soberania popular e igualdade política.

A desdemocratização resulta da articulação paradoxal entre duas racionalidades distintas: o neoliberalismo e o neoconservadorismo. O neoliberalismo, para a autora, não é meramente um pacote de políticas econômicas, mas uma racionalidade social abrangente que busca converter todas as esferas da existência humana em mercado. Sob essa égide, o cidadão é reconfigurado como "capital humano", um empreendedor de si mesmo cuja relação com o Estado deixa de ser baseada em direitos coletivos e passam a ser mediados por critérios de desempenho, investimento e retorno.

Essa “economização” da política produz um efeito devastador sobre o *demos*: se todos os problemas sociais são reduzidos a problemas de gestão e eficiência, a política (entendida como o espaço do conflito de ideias e da deliberação sobre o bem comum) torna-se irrelevante. O neoconservadorismo, por sua vez, atua como o complemento moral dessa desolação social. Enquanto o neoliberalismo destrói os laços de solidariedade estatal, o neoconservadorismo oferece o retorno à autoridade, à hierarquia tradicional e à moralidade como formas de compensação subjetiva. Para Brown, essa aliança esvazia a democracia por dois lados: o neoliberalismo retira o poder de decisão do povo para entregá-lo à técnica e ao mercado, enquanto o neoconservadorismo substitui o debate democrático pela imposição de valores morais excludentes.

Um dos pontos mais originais da análise de Brown é o paradoxo da valorização simbólica. No período pós-Guerra Fria, a democracia tornou-se uma espécie de marca universalmente desejada; todos se declaram democratas. No entanto, essa universalização produziu o esvaziamento do seu sentido. À medida que qualquer arranjo institucional ou prática tecnocrática pode ser rotulado como “democrático”, o conceito perde sua densidade normativa. A democracia passa a operar como um signo vazio — um rótulo de legitimidade que mascara processos de exclusão e concentração de poder.

A partir dessa premissa, Brown identifica cinco dimensões fundamentais que explicam como a desdemocratização se materializa na prática. Em primeiro lugar: o poder democrático é progressivamente transferido para grandes corporações. Funções antes atribuídas ao Estado, como a provisão de bem-estar social (saúde, educação segurança, moradia etc.), passam a ser desempenhadas pela esfera privada.

A segunda dimensão, as eleições são reconfiguradas segundo a lógica do consumo. O voto deixa de ser expressão de soberania popular e torna-se equivalente à escolha de um produto no mercado. Nesse contexto, campanhas políticas passam a ser dominadas pelo marketing, reduzindo a vida democrática ao espetáculo midiático.

No terceiro ponto, o Estado se converte em gestor empresarial sob a racionalidade neoliberal. A ênfase desloca-se da transparência e da deliberação democrática para a busca de eficiência, metas e resultados. Valores substantivos e históricos da democracia, como igualdade, tolerância e a participação política, são subordinados ao critério de eficácia, legitimando políticas apenas pelo desempenho técnico.

Assim, na quarta esfera, o poder judiciário, originalmente voltado à aplicação das leis dentro de um marco representativo, expande sua influência legislativa sem possuir

legitimidade eleitoral. Esse processo amplia a atuação de instituições não eleitas em esferas decisivas da vida pública, tensionando o princípio da soberania popular.

O quinto e último ponto diz respeito à erosão da soberania do Estado-nação. O enfraquecimento da capacidade estatal de se autogovernar implica duas consequências centrais: o esvaziamento das entidades coletivas que possibilitam a divisão equilibrada dos poderes, condição necessária para o autogoverno democrático; e a perda de autonomia interna e externa dos Estados, que passam a operar como empresas mal administradas, dependentes de fluxos de capital e submetidas a lógicas externas. Nessa configuração, os cidadãos deixam de ser agentes de autogoverno e tornam-se meros “acionistas” impotentes diante de governos que funcionam sob a lógica neoliberal.

Em suma, a contribuição de Wendy Brown revela que a crise democrática contemporânea não é um acidente de percurso, mas o resultado de um projeto de desfiguração do político. Ao articular as dimensões econômicas, institucionais e culturais, a autora demonstra que a ameaça à democracia não vem apenas de “líderes maus”, mas de uma racionalidade que corrói os pressupostos necessários para que a democracia sequer exista: a ideia de um povo soberano, a crença na igualdade política e a existência de um espaço público protegido da lógica do mercado.

Acredita-se que por sua originalidade, a análise de Brown merece atenção maior: quais os caminhos que levaram a autora aos seus argumentos? Os próximos capítulos dessa dissertação se dedicam a responder essa pergunta, contribuindo para o entendimento tanto a própria obra de Brown, como também de como as respostas que ela encontrou podem nos ajudar a superar a crise democrática que vivemos.

4. METODOLOGIA

O presente capítulo detalha o desenho metodológico e os procedimentos técnicos que sustentam a análise da obra de Wendy Brown nesta dissertação. Diante da vasta produção intelectual da autora, que se estende por mais de três décadas, a investigação exige um instrumental que permita conciliar o rigor na coleta de dados com a profundidade interpretativa necessária à teoria política. Assim, este esforço não visa uma leitura meramente descritiva ou biográfica, mas uma investigação orientada por um problema específico: a mutação conceitual que conduz ao diagnóstico da desdemocratização. Para tanto, estrutura-se uma abordagem que utiliza a Análise de Conteúdo como eixo organizador, permitindo mapear de forma objetiva como categorias fundamentais são mobilizadas, deslocadas e ressignificadas ao longo do tempo.

4.1. Procedimentos Metodológicos: Análise de Conteúdo

Do ponto de vista metodológico, este trabalho adota a Análise de Conteúdo (AC) como procedimento central de investigação. Conforme definido por Laurence Bardin (2016), a AC constitui um conjunto de técnicas sistemáticas e objetivas de descrição do conteúdo das mensagens, permitindo a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção dessas mensagens. No caso desta pesquisa, o *corpus* documental é a própria produção bibliográfica de Wendy Brown, tratada não como objeto de exegese histórica, mas como base de dados empíricos para o mapeamento de conceitos.

É necessário enfatizar que esta estratégia analítica se distingue das abordagens clássicas da História Intelectual, como o contextualismo linguístico de Quentin Skinner (2005) ou a história dos conceitos de Reinhart Koselleck (1992-2020). Enquanto tais perspectivas dão ênfase primordial ao contexto histórico, à intenção original do autor ou à biografia intelectual como chaves explicativas, a presente pesquisa opta por uma análise textual objetiva. O interesse não reside na reconstrução das circunstâncias externas e dos contextos sociais específicos que envolveram a escrita de Brown, mas na identificação dos padrões e das recorrências de seus argumentos e categorias dentro do texto.

A aplicação do método estrutura-se em uma abordagem mista (quali-quantitativa). Em uma dimensão quantitativa, utiliza-se um dicionário de categorias analíticas — construído a partir dos conceitos-chave da literatura sobre desdemocratização — para realizar a contagem de frequência e recorrência de termos fundamentais em cada obra. Essa etapa

permite identificar com clareza as "viradas" teóricas da autora, observando quais conceitos ganham centralidade ou perdem relevância ao longo de três décadas.

Em complemento, adota-se uma dimensão qualitativa através da leitura interpretativa. Como sugere Klaus Krippendorff (2004), a análise de conteúdo deve permitir inferências válidas a partir do texto; portanto, a quantificação dos conceitos serve como bússola para uma análise profunda do sentido e da articulação lógica dos argumentos. O procedimento organiza-se, assim, em três fases:

1. Pré-análise: Seleção do *corpus* e definição do dicionário de conceitos;
2. Exploração do material: codificação sistemática e quantificação das ocorrências nas obras selecionadas;
3. Tratamento e interpretação: Cruzamento dos dados estatísticos com a reconstrução interpretativa dos argumentos de Brown.

Para a operacionalização da análise quantitativa, esta pesquisa utilizou o software MAXQDA, programa de análise qualitativa e mista de dados amplamente empregado em pesquisas das ciências humanas. O MAXQDA permite a importação, organização e codificação sistemática de corpus documentais extensos, viabilizando a contagem de frequência de palavras, a construção de nuvens lexicais e a identificação de padrões de recorrência conceitual ao longo de múltiplos documentos. Neste trabalho, o software foi utilizado para processar o corpus composto pelas 19 obras selecionadas de Wendy Brown, aplicando o dicionário de categorias analíticas previamente definido com vistas ao mapeamento das ocorrências dos termos-chave em cada obra e no conjunto total do corpus. Os dados quantitativos gerados pelo MAXQDA foram posteriormente exportados e tratados de forma interpretativa, em conformidade com a abordagem mista adotada pela pesquisa.

4.2. Constituição do corpus: critérios de amostragem e dicionário

O universo empírico analisado neste trabalho é composto por um conjunto selecionado de livros, artigos e ensaios publicados por Wendy Brown entre 1988 e 2023, conforme apresentado no Quadro 1. De acordo com os preceitos de Bardin (2016), a constituição do *corpus* deve seguir o critério da pertinência, selecionando documentos que sejam adequados aos objetivos da investigação e que possuam homogeneidade entre si. No caso desta dissertação, o período abrangido cobre mais de três décadas de produção intelectual, permitindo observar diferentes fases da trajetória teórica da autora, desde seus primeiros trabalhos vinculados à teoria feminista até suas análises mais recentes sobre

neoliberalismo, desdemocratização e niilismo político. Cabe explicitar que toda a produção intelectual de Wendy Brown foi originalmente escrita e publicada em língua inglesa, idioma no qual a análise de conteúdo foi integralmente realizada. A decisão de trabalhar com os textos originais, e não com eventuais traduções para o português, fundamenta-se em dois critérios metodológicos. Primeiro, a preservação da integridade semântica dos conceitos mobilizados pela autora, evitando as inevitáveis perdas e deslocamentos de sentido que qualquer processo tradutório implica — aspecto particularmente relevante em um corpus cujos conceitos centrais, como *democratization*, *sacrificial citizenship* e *neoliberalism*, possuem densidade teórica específica em inglês. Segundo, a garantia de homogeneidade do corpus, uma vez que as obras de Brown não foram integralmente traduzidas para o português, de modo que a utilização das versões originais assegura a comparabilidade entre os documentos analisados. O dicionário de categorias analíticas (Quadro 2) foi, portanto, construído em inglês, refletindo diretamente o vocabulário político empregado pela autora em sua trajetória intelectual.

Quadro 1 - Obras Wendy Brown

Autoria	Categoria	Obra	Ano
Wendy Brown	Livro	Manhood and Politics: A feminist reading in Political Theory	1988
Wendy Brown	Livro	States of Injury: Power and Freedom in Late Modernity	1995
Wendy Brown	Ensaio	The Impossibility of Women's Studies (capítulo 1 - Women's Studies on the Edge)	1997
Wendy Brown	Ensaio	Resisting Left Melancholy	1999
Wendy Brown	Artigo	Suffering Rights as Paradoxes	2000
Wendy Brown	Livro	Politics out of History	2001
Wendy Brown	Artigo	Tolerance and/or Equality? The "Jewish Question" and The "Woman Question"	2004
Wendy Brown	Livro	Edgework: Critical Essays on Knowledge and Politics	2005
Wendy Brown	Artigo	American Nightmare, Neoliberalism, Neoconservatism, and Democratization	2006
Wendy Brown	Ensaio	Feminist Theory and The Frankfurt School: Introduction	2006
Wendy Brown	Livro	Regulating Aversion: Tolerance in The Age of Identity and Empire	2006
Wendy Brown	Ensaio	Power After Foucault (Capítulo 3 - The Oxford Handbook of Political Theory)	2006 [1999]
Wendy Brown	Livro	Walled States, Waning Sovereignty	2010

Autoria	Categoria	Obra	Ano
Wendy Brown	Artigo	We Are All Democrats Now	2010
Wendy Brown/Rainer Forst	Livro	The Power Of Tolerance: A Debate (com Rainer Forst)	2013
Wendy Brown	Livro	Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution	2015
Wendy Brown	Ensaio	Sacrificial Citizenship: Neoliberalism, Human Capital, and Austerity Politics	2016
Wendy Brown	Livro	In the Ruins of Neoliberalism: The Rise of Anti-Democratic Politics In The West	2019
Wendy Brown	Livro	Nihilistic Times: Thinking with Max Weber	2023

Fonte: Elaboração Própria.

Portanto, a seleção das obras não obedece a um critério de exaustividade, mas de representatividade analítica por meio de uma amostragem sistemática. Tendo isso em vista, estabeleceram-se três critérios estruturantes para a definição das fontes.

A seleção das obras orientou-se, primeiramente, pela identificação de pontos de viragem teórica. Foram priorizados textos que constituem marcos de maturação ou ruptura, uma vez que obras de densidade superior permitem observar o momento exato em que os conceitos ganham novas camadas de sentido. Nesse sentido, a inclusão de *States of Injury* (1995) mostra-se fundamental para mapear o surgimento das categorias de subjetividade e poder, ao passo que *Undoing the Demos* (2015) representa a consolidação da crítica ao neoliberalismo como racionalidade política.

A escolha dessas obras também respeita uma janela temporal longitudinal, abrangendo o período de 1988 a 2023. Esta delimitação cronológica permite que a produção de Brown funcione como um espelho das transformações globais, visto que o arco temporal coincide com o ciclo completo do neoliberalismo: sua ascensão como consenso econômico, sua maturação como racionalidade social e sua atual fase de crise e transição para o autoritarismo. Assim, a trajetória intelectual da autora é analisada em simbiose com o fenômeno da desdemocratização que ela se propõe a descrever.

Por fim, optou-se pela exclusão deliberada de materiais circunstanciais do *corpus*, tais como entrevistas, textos jornalísticos, artigos de opinião e intervenções voltadas ao debate público imediato. Embora tais registros sejam relevantes para compreender o engajamento intelectual da autora, sua inclusão poderia deslocar o foco do trabalho para controvérsias conjunturais. Essa exclusão garante a validade da aplicação do dicionário

de conceitos, concentrando o esforço analítico exclusivamente em textos nos quais Brown desenvolve seus argumentos de forma sistemática e reflexiva.

Para operacionalizar esta análise, a pesquisa utiliza um Dicionário de Categorias Analíticas (unidades de registro), composto por termos centrais que atravessam a trajetória da autora. Diferente de uma seleção arbitrária, a construção deste dicionário seguiu um procedimento dividido em duas etapas fundamentais. Em um primeiro momento, realizou-se a leitura integral e sistemática das obras selecionadas, o que permitiu a identificação preliminar dos conceitos-chave recorrentes na argumentação de Brown. Dessa fase, emergiu um dicionário inicial focado em termos de alta densidade teórica, como *freedom*, *soberainty* e *neoliberalism*. Em seguida, procedeu-se a uma análise exaustiva de todas as palavras contidas no *corpus*.

Seguindo os protocolos da Análise de Conteúdo, aplicou-se uma técnica de filtragem para a remoção de “ruídos” — palavras desprovidas de carga semântica para os objetivos da pesquisa, tais como pronomes, preposições, conjunções e repetições irrelevantes. Este processo de “limpeza” dos dados permitiu validar e refinar as escolhas iniciais, assegurando que as unidades de registro selecionadas fossem, de fato, as mais representativas do vocabulário político da autora.

O resultado é um dicionário consolidado de 23 palavras-chave, que operam como os conceitos essenciais para mapear a transição da obra de Brown: desde os termos *gender* e *feminism* nas obras iniciais, passando por *power* e *citizenship*, até chegar a conceitos complexos como *de-democratization* e “sacrificial citizenship”.

Quadro 2 - Dicionário palavras-chave

Palavras - chave	
1	power
2	liberalism
3	freedom
4	democracy
5	gender
6	feminist
7	neoliberalism
8	democratic
9	liberty

Palavras - chave	
10	feminism
11	woman
12	citizenship
13	women's
14	neocons
15	neoconservatism
16	democratization
17	de-democratization
18	anti-democratic
19	de-democratizing
20	dedemocratizing
21	sacrificial citizenship
22	neoliberalism's
23	womens

Fonte: MAXQDA – Elaboração Própria

A presença de variações linguísticas do mesmo conceito — como *de-democratization*, *dedemocratizing* e *anti-democratic* — é monitorada sistematicamente para observar como a autora adensa sua crítica à medida que o cenário democrático global se deteriora. Como sublinha Krippendorff (2004), a validade de uma análise de conteúdo depende de um desenho de investigação onde os dados sejam representativos do fenômeno. Ao submeter o *corpus* a este dicionário validado, esta dissertação substitui a leitura aleatória por uma reconstrução metodologicamente orientada.

A partir desse recorte metodológico, o capítulo seguinte se dedica a apresentar o mapeamento dos conceitos identificados nas obras selecionadas, organizando-os de forma analítica e cronológica. Essa reconstrução permitirá evidenciar como a trajetória intelectual de Wendy Brown conduz progressivamente à formulação do conceito de desdemocratização e à crítica da racionalidade neoliberal.

5. RESULTADOS

Este capítulo apresenta os resultados da análise empírica das obras selecionadas de Wendy Brown, conforme os critérios metodológicos e o corpus definidos no capítulo anterior. O objetivo central é identificar padrões conceituais, deslocamentos analíticos e reorientações temáticas ao longo da produção intelectual da autora, de modo a compreender como sua reflexão teórica se transforma progressivamente até culminar na crítica à desdemocratização contemporânea e à liberdade neoliberal.

O corpus analisado é composto por 19 obras publicadas entre 1988 e 2023, incluindo livros, artigos e ensaios considerados centrais na trajetória intelectual de Brown. A análise concentrou-se na recorrência, frequência e distribuição de conceitos-chave ao longo dessas obras, permitindo mapear não apenas a presença de determinados termos, mas, sobretudo, sua centralidade relativa em diferentes momentos da produção da autora. Trata-se, portanto, de uma estratégia que combina procedimentos sistemáticos de análise textual com uma leitura interpretativa orientada por problemas teóricos.

Os resultados indicam que, embora certos conceitos atravessem toda a obra — como *power* e *freedom* —, há variações significativas no peso relativo de outros termos, como *gender*, *feminist*, *liberalism*, *tolerance*, *neoliberalism* e *democracy*. Essas variações não se distribuem de maneira aleatória, mas se concentram em determinados períodos, revelando mudanças no foco analítico, na escala dos problemas investigados e nos objetos privilegiados da reflexão teórica. A partir desse padrão, torna-se possível organizar a produção intelectual de Brown em fases analíticas, cada uma caracterizada por um conjunto estável de problemas, conceitos dominantes e estratégias críticas.

Essa periodização não pretende oferecer uma reconstrução exaustiva da obra da autora, tampouco se confunde com uma biografia intelectual ou com uma história intelectual no sentido clássico. As fases aqui propostas não devem ser entendidas como compartimentos estanques ou como rupturas abruptas, mas como deslocamentos progressivos do problema teórico central que atravessa toda a obra: a relação entre poder, liberdade e as formas modernas de governo. Assim, a classificação em fases cumpre uma função analítica e heurística, permitindo organizar o material empírico de forma inteligível e evidenciar padrões de continuidade e transformação.

Com base nessa estratégia, identificam-se três grandes fases na obra de Wendy Brown. A primeira corresponde a um momento de teoria política feminista, no qual a autora se dedica à análise do poder, da dominação e da liberdade a partir da experiência do gênero e da constituição da subjetividade. A segunda fase pode ser caracterizada como

uma crítica do liberalismo político, marcada pela problematização dos direitos, da tolerância e da igualdade formal como dispositivos normativos ambíguos, capazes de produzir efeitos paradoxais. Por fim, a terceira fase concentra-se na crítica ao neoliberalismo e à desdemocratização, momento em que a democracia passa a ocupar o centro da análise e a liberdade é redefinida à luz da racionalidade neoliberal.

Quadro 3 - Fases de Wendy Brown

Obras	Data	Fase
Manhood and Politics: A feminist reading in Political Theory	1988	Teórica Política - Feminista
States of Injury: Power and Freedom in Late Modernity	1995	
The Impossibility of Women's Studies (Capítulo 1)	1997	
Resisting Left Melancholy	1999	
Suffering Rights as Paradoxes	2000	
Politics Out Of History (6)	2001	
Tolerance and/or Equality? The “Jewish Question” and The “Woman Question”	2004	
Edgework: Critical Essays on Knowledge and Politics	2005	Teórica Política - Crítica
American Nightmare, Neoliberalism, Neoconservatism, and Democratization	2006	
Feminist Theory and The Frankfurt School: Introduction	2006	
Regulating Aversion: Tolerance in The Age of Identity and Empire	2006	
Power After Foucault (Capítulo 3 - The Oxford Handbook of Political Theory)	2006 [1999]	
Walled States, Waning Sovereignty	2010	
We Are All Democrats Now	2010	Teórica Política - Crítica Neoliberal
The Power of Tolerance: A Debate (com Rainer Forst)	2013	
Undoing The Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution	2015	
Sacrificial Citizenship: Neoliberalism, Human Capital, and Austerity Politics	2016	
In The Ruins of Neoliberalism: The Rise of Anti-Democratic Politics In The West	2019	
Nihilistic Times: Thinking With Max Weber	2023	

Fonte: Elaboração Própria.

A adoção dessa estrutura permite evitar uma descrição obra a obra, que seria excessivamente fragmentada e pouco produtiva do ponto de vista analítico, e favorece uma leitura sintética e comparativa dos resultados. Nas seções seguintes, cada uma dessas

fases será examinada em maior detalhe, combinando a análise dos dados empíricos com a discussão teórica dos principais conceitos mobilizados por Brown.

5.1 Fase I — Poder, liberdade e crítica feminista

A primeira fase da produção intelectual de Wendy Brown é marcada por uma reflexão centrada na relação entre poder, liberdade e gênero, na qual a autora investiga os modos pelos quais formas modernas de dominação produzem subjetividades políticas atravessadas pelo sofrimento, pela exclusão e pela desigualdade. Trata-se de um momento em que a crítica feminista funciona como principal ponto de entrada para uma problematização mais ampla da teoria política moderna, especialmente de seus pressupostos normativos sobre liberdade e emancipação. Do ponto de vista empírico, essa orientação aparece de forma clara na hegemonia do conceito de *power*, que ocupa posição dominante no ranking de frequência absoluta e relativa. No conjunto do *corpus*, o termo registra 3.784 ocorrências e está presente em 100% dos documentos, mas é em *Manhood and Politics* (1988) que sua densidade atinge o ápice proporcional, representando **50,1%** das menções da obra. Em *States of Injury* (1995), o termo mantém a liderança com 706 menções absolutas (31,7% do total), indicando que, nesta fase inicial, a recorrência não é residual, mas estruturante: a liberdade não é concebida como ausência de coerção, mas como algo permanentemente moldado por relações de poder.

Tabela 1 - Número de menções e percentual do total - *Manhood and Politics: A feminist reading in Political Theory*

Palavra	Menções	% do total
power	615	50,1%
freedom	214	17,4%
feminist	116	9,5%
woman	90	7,3%
feminism	49	4,0%
women's	48	3,9%
gender	43	3,5%
democracy	17	1,4%
citizenship	12	1,0%
liberalism	8	0,7%
liberty	7	0,6%
democratic	6	0,5%
democratization	2	0,2%

Fonte: Elaboração Própria

Palavras sem nenhuma menção foram excluídas das tabelas

Tabela 2 - Número de menções e percentual do total - *States of Injury: Power and Freedom in Late Modernity*

Palavra	Menções	% do total
power	706	31,7%
feminism	317	14,3%
feminist	304	13,7%
women's	232	10,4%
freedom	181	8,1%
democratization	145	6,5%
liberalism	95	4,3%
citizenship	71	3,2%
liberty	65	2,9%
democracy	46	2,1%
woman	42	1,9%
democratic	14	0,6%
neoliberalism	3	0,1%
neoconservatism	3	0,1%

Fonte: Elaboração Própria

Associado a esse eixo, os termos *freedom* e *liberty* também ocupam posições centrais, mas com distinções de ênfase reveladoras. *Freedom* aparece como o terceiro conceito mais frequente do *corpus* geral (1.283 ocorrências), mantendo uma presença consistente de 17,4% em 1988 e 8,1% em 1995. Já *liberty* apresenta menor frequência absoluta (316 ocorrências), mas figura de maneira estratégica em *States of Injury* (90 menções; 2,9%), obra na qual Brown se dedica à crítica das promessas paradoxais do liberalismo. Essa disparidade proporcional reforça a interpretação de que Brown não toma a liberdade como um valor autoevidente, mas como um problema que exige ser historicizado. A predominância de *freedom* sobre *liberty* sugere uma opção por investigar a liberdade em seu sentido político amplo, tratando-a menos como promessa normativa legal e mais como um campo de disputa atravessado por práticas de sujeição.

O terceiro eixo conceitual que define essa fase é a centralidade do gênero e do feminismo, cujos dados mostram uma concentração massiva e específica. Termos como *gender* (825 ocorrências), *feminist* (649) e *feminism* (287) ocupam posições elevadas no ranking geral, mas sua relevância é mais bem compreendida pelo peso relativo. Ao somarmos as categorias que compõem o "bloco léxico do gênero" (*gender*, *feminist*, *feminism*, *woman* e *women's*), percebemos que este conjunto atinge 21,7% das ocorrências em 1988 e escala para impressionantes 38,4% em 1995. No artigo *Suffering*

Rights (2000), o termo *gender* isolado chega a representar 38,7% da discussão. Esses dados revelam que o conceito de *power*, embora numericamente dominante, não é tratado de forma abstrata; ele é invariavelmente qualificado pelo gênero. O equilíbrio estatístico entre o "poder" e o "feminino" constitui a marca identitária da Fase I, estabelecendo um contraste rigoroso com as fases subsequentes, onde o sujeito feminino será progressivamente substituído por outras categorias de análise.

Tabela 3 - Número de menções e percentual do total - *Suffering Rights as Paradoxes*

Palavra	Menções	% do total
gender	46	38,7%
power	28	23,5%
freedom	12	10,1%
feminist	12	10,1%
liberalism	7	5,9%
woman	7	5,9%
feminism	6	5,0%
liberty	1	0,8%

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 4 - Número de menções e percentual do total - *Tolerance and/or Equality The "Jewish Question" and The "Woman Question"*

Palavra	Menções	% do total
gender	43	32,6%
woman	23	17,4%
feminist	15	11,4%
citizenship	14	10,6%
power	13	9,8%
liberty	7	5,3%
feminism	7	5,3%
liberalism	6	4,5%
freedom	3	2,3%
democratic	1	0,8%

Fonte: Elaboração Própria.

Um dado suplementar de extrema relevância, frequentemente obscurecido pelas contagens absolutas, é a natureza dinâmica do vocabulário democrático nesta fase inicial. Em *States of Injury* (1995), observa-se que o termo *democratization* (145 ocorrências; 6,5%) supera em mais de três vezes a recorrência de *democracy* (46 ocorrências; 2,1%). Essa primazia do processo (o democratizar) sobre a instituição (a democracia) pode confirmar uma leitura qualitativa de que Brown foca sua crítica na expansão dos direitos

e nas promessas da política de identidade como um movimento de resistência, e não como um regime consolidado. Trata-se de uma "vontade de democratização" que a autora submete à genealogia foucaultiana para revelar suas armadilhas.

Embora a análise das frequências médias caracterize o perfil geral desta fase, o exame individual das obras revela nuances táticas no percurso de Brown. Em *Manhood and Politics* (1988), a hegemonia de *power* (50,1%) evidencia um esforço de desconstrução da teoria política clássica, onde o conceito opera como uma categoria absoluta de denúncia do caráter masculino do político. Já em *States of Injury* (1995), observa-se uma dispersão léxica que sinaliza maior complexidade teórica: o surgimento vigoroso de *democratization* (6,5%) e o pico proporcional de *liberty* (2,9%) indicam o momento exato em que a autora desloca seu olhar do patriarcado para o aparato jurídico-liberal. Por fim, o ensaio *Suffering Rights* (2000) demonstra um afunilamento analítico; ao registrar 38,7% de frequência para o termo *gender*, a obra funciona como uma síntese radical das preocupações desta primeira fase, consolidando a crítica à subjetivação antes do deslocamento definitivo da autora para a problemática da tolerância e do liberalismo.

Tabela 5. Número de menções e percentual do total - *The impossibility of Women's Studies*

Palavra	Menções	% do total
democratization	60	33,1%
power	54	29,8%
freedom	45	24,9%
democracy	12	6,6%
feminist	7	3,9%
citizenship	1	0,6%
woman	1	0,6%
neoconservatism	1	0,6%

Fonte: Elaboração Própria

Tabela 6. Número de menções e percentual do total - *Resisting Left Melancholy*

Palavra	Menções	% do total
freedom	4	30,8%
power	3	23,1%
liberalism	1	7,7%
gender	1	7,7%
feminist	1	7,7%
democratic	1	7,7%
neocons	1	7,7%
democratization	1	7,7%

Fonte: Elaboração Própria

Palavras sem nenhuma menção foram excluídas

Tabela 7. Número de menções e percentual do total - *Politics Out Of History*

Palavra	Menções	% do total
power	408	57,2%
democracy	85	11,9%
democratic	69	9,7%
freedom	52	7,3%
liberalism	29	4,1%
women's	23	3,2%
feminist	14	2,0%
gender	10	1,4%
woman	7	1,0%
liberty	6	0,8%
citizenship	6	0,8%
feminism	3	0,4%
democratization	1	0,1%

Fonte: Elaboração Própria.

Palavras sem nenhuma menção foram excluídas

É igualmente relevante observar o que a análise de conteúdo revela por meio da ausência. Conceitos que se tornarão pilares nos trabalhos posteriores, como *neoliberalism* (623 ocorrências totais) e *de-democratization*, são virtualmente inexistentes nesta fase, registrando 0,0% de frequência em 1988 e apenas 0,1% em 1995. A insignificância estatística desses termos prova que, neste momento, o foco de Brown está na microfísica do poder e na constituição do sujeito. Essa configuração caracteriza a primeira fase como um momento de fundação crítica, onde a lente feminista questiona a ideia de emancipação plena, preparando o terreno para os deslocamentos posteriores em direção ao liberalismo político e, finalmente, à desdemocratização neoliberal.

5.2 Fase II — Liberalismo, direitos e tolerância: a crítica normativa

A segunda fase da produção intelectual de Wendy Brown marca um deslocamento analítico profundo, em que a autora transita da microfísica do gênero para uma investigação das racionalidades de governo e das crises da soberania estatal. Do ponto de vista empírico, essa fase é caracterizada por uma dispersão léxica maior do que a anterior, sinalizando que Brown está construindo a ponte teórica entre a crítica ao liberalismo clássico e o diagnóstico do neoliberalismo e seu efeito sobre a democracia.

Em *Edgework* (2005), essa transição torna-se evidente: o termo *power* ainda retém uma presença significativa (23,9%), mas é acompanhado por uma distribuição quase equitativa entre *feminist* (11,8%), *gender* (11,6%) e *democracy* (9,6%). O dado revela que, em 2005, Brown ainda utiliza o arsenal crítico do feminismo, mas já o direciona para o exame das instituições democráticas e do *liberalism* (8,6%).

Tabela 8. Número de menções e percentual do total – *Edgework: Critical Essays on Knowledge and Politics*

Palavra	Menções	% do total
power	250	23,9%
feminist	123	11,8%
gender	121	11,6%
democracy	100	9,6%
liberalism	90	8,6%
freedom	82	7,8%
feminism	79	7,6%
neoliberalism	65	6,2%
democratic	64	6,1%
citizenship	30	2,9%
neocons	15	1,4%
woman	10	1,0%
liberty	9	0,9%
neoconservatism	6	0,6%
democratization	1	0,1%
anti-democratic	1	0,1%

Fonte: Elaboração Própria.

O ano de 2006 surge como o epicentro quantitativo desta fase, revelando diferentes facetas da crítica de Brown. No ensaio *American Nightmare*, observamos a primeira grande incursão sistemática na nova direita americana, com o termo *neocons* dominando a obra (22,1%), seguido por *liberalism* (14,2%) e o surgimento robusto de *neoliberalism* (13,6%). Este é um marco da análise: pela primeira vez, o neoliberalismo

deixa de ser residual para se tornar um conceito central, operando ao lado do *neoconservatism* (12,6%). O insight que os dados oferecem é que, para Brown, o "pesadelo americano" não é apenas econômico, mas uma amálgama política. Curiosamente, a obra apresenta uma simetria perfeita entre *democratization* (4,1%) e *de-democratization* (4,1%), provando que, neste exato momento, a autora mapeia o ponto de inflexão onde o processo de expansão democrática é capturado pela sua reversão.

Tabela 9. Número de menções e percentual do total - *American Nightmare, Neoliberalism, Neoconservatism, and Democratization*

Palavra	Menções	% do total
neocons	114	22,1%
liberalism	73	14,2%
neoliberalism	70	13,6%
neoconservatism	65	12,6%
power	50	9,7%
democratic	32	6,2%
democracy	31	6,0%
democratization	21	4,1%
de-democratization	21	4,1%
freedom	12	2,3%
citizenship	8	1,6%
anti-democratic	6	1,2%
liberty	4	0,8%
de-democratizing	4	0,8%
neoliberalism's	2	0,4%
feminist	1	0,2%
women's	1	0,2%

Fonte: Elaboração Própria

Em contrapartida, *Regulating Aversion* (2006) consolida a crítica à tolerância como tecnologia de governo. Nela, o termo *power* retoma a liderança (29,9%), mas agora está intrinsecamente ligado ao *liberalism* (22,3%). O vocabulário de gênero, embora presente em *gender* (10,9%), perde o protagonismo absoluto que tinha na Fase I, sendo absorvido pela análise da regulação estatal. Já no capítulo *After Foucault* (2006), observamos um retorno radical à ontologia do poder, que atinge impressionantes 85,0% das menções. Esse dado isolado indica que, para Brown, a transição para a crítica do neoliberalismo exigiu um "rearmamento" teórico baseado na governamentalidade foucaultiana, deixando conceitos como *democracy* e *liberalism* em patamares residuais (0,8% e 1,6%, respectivamente) para focar na mecânica do poder em si.

Tabela 10. Número de menções e percentual do total - *Feminist Theory and The Frankfurt School: Introduction*

Palavra	Menções	% do total
feminist	16	53,3%
power	5	16,7%
feminism	5	16,7%
gender	3	10,0%
freedom	1	3,3%

Fonte: Elaboração Própria.

Tabela 11. Número de menções e percentual do total - *Regulating Aversion: Tolerance in The Age of Identity and Empire*

Palavra	Menções	% do total
power	256	29,9%
liberalism	191	22,3%
gender	93	10,9%
freedom	87	10,2%
citizenship	39	4,6%
democracy	38	4,4%
liberty	33	3,9%
woman	33	3,9%
feminist	30	3,5%
democratic	28	3,3%
feminism	19	2,2%
neoliberalism	5	0,6%
neocons	3	0,4%

Fonte: Elaboração Própria.

Tabela 12. Número de menções e percentual do total - *Power After Foucault*

Palavra	Menções	% do total
power	210	85,0%
freedom	9	3,6%
democratic	7	2,8%
liberalism	4	1,6%
feminist	4	1,6%
gender	3	1,2%
feminism	3	1,2%
democracy	2	0,8%
liberty	2	0,8%
citizenship	2	0,8%
neoliberalism	1	0,4%

Fonte: Elaboração Própria.

Finalmente, *Walled States, Waning Sovereignty* (2010) encerra esta fase preparando o terreno para a crítica à desdemocratização. O termo *power* permanece dominante (60,7%), mas a *democracy* recupera fôlego analítico atingindo 12,6% da obra. O dado mais relevante é que, enquanto o *liberalism* mantém 6,7%, o neoliberalism já aparece com 4,4%, indicando que a erosão da soberania estatal é lida por Brown como um sintoma da transição do liberalismo político para a racionalidade neoliberal.

Tabela 13. Número de menções e percentual do total - *Walled States, Waning Sovereignty*

Palavra	Menções	% do total
power	246	60,7%
democracy	51	12,6%
liberalism	27	6,7%
neoliberalism	18	4,4%
democratic	18	4,4%
freedom	16	4,0%
citizenship	15	3,7%
liberty	8	2,0%
gender	4	1,0%
neocons	2	0,5%

Fonte: Elaboração Própria.

Em termos integrados, o que define esta fase é a morfose do objeto de resistência. Se antes Brown buscava liberar o sujeito das amarras do gênero e do poder disciplinar, nesta fase ela identifica que o inimigo mudou de face: o poder agora opera pela

despolitização (tolerância) e pela hibridização de racionalidades (neoconservadorismo + neoliberalismo). O declínio estatístico do léxico feminista em favor de termos como *neocons* e *liberalism* não representa um abandono do feminismo, mas sua expansão para uma crítica da governamentalidade. A simetria encontrada em 2006 entre democratização e desdemocratização é o coração desta fase: é o registro empírico de uma obra que está "no muro", testemunhando o esvaziamento da soberania estatal em favor de muros físicos e racionalidades econômicas. Este diagnóstico é o prelúdio necessário para a Fase III, onde o neoliberalismo deixará de ser um componente de um "pesadelo" para se tornar a racionalidade única que efetivamente "desfaz o demos".

5.3 Fase III — Neoliberalismo e desdemocratização

A terceira fase da produção intelectual de Wendy Brown representa um deslocamento decisivo tanto no objeto quanto na ambição teórica de sua obra. Se nas fases anteriores a autora se dedicou à crítica da subjetividade moderna e aos paradoxos normativos do liberalismo político, neste momento sua reflexão passa a se concentrar explicitamente na democracia e em seus processos de corrosão sob a racionalidade neoliberal. Trata-se da fase em que Brown formula de modo mais sistemático o diagnóstico da desdemocratização contemporânea e desenvolve sua crítica àquilo que pode ser denominado liberdade neoliberal.

Os dados empíricos evidenciam com clareza essa inflexão, onde o termo *neoliberalism* surge como conceito estruturante, acumulando 623 ocorrências no corpus geral. Em *Undoing the Demos* (2015), essa centralidade é quantificada em 15,8% (234 menções), enquanto em *Sacrificial Citizenship* (2015) o termo atinge seu pico proporcional de 20,5%. Diferentemente das fases anteriores, aqui o neoliberalismo é tratado como uma racionalidade política abrangente, capaz de reconfigurar instituições e subjetividades. A distribuição temporal do termo indica que ele organiza a arquitetura conceitual da análise, operando em simbiose com o *liberalism*, que em 2015 ainda registra 22,9% em *Undoing the Demos*, evidenciando que a crítica de Brown agora foca na captura do político pelo econômico.

Tabela 14 - Número de menções e percentual do total – *Undoing the Demos: Neoliberalism’s Stealth Revolution*

Palavra	Menções	% do total
liberalism	338	22,9%
democracy	285	19,3%
neoliberalism	234	15,8%
power	205	13,9%
democratic	121	8,2%
freedom	120	8,1%
citizenship	50	3,4%
gender	48	3,2%
liberty	33	2,2%
feminist	11	0,7%
democratization	11	0,7%
neocons	5	0,3%
neoconservatism	5	0,3%
feminism	4	0,3%
woman	3	0,2%
de-democratization	2	0,1%
dedemocratizing	2	0,1%
sacrificial citizenship	1	0,1%

Fonte: Elaboração Própria.

Tabela 15 - Número de menções e percentual do total – *Sacrificial Citizenship: Neoliberalism, Human Capital, and Austerity Politics*

Palavra	Menções	% do total
power	49	25,1%
liberalism	44	22,6%
neoliberalism	40	20,5%
citizenship	22	11,3%
democratic	15	7,7%
freedom	10	5,1%
democracy	10	5,1%
gender	2	1,0%
sacrificial citizenship	2	1,0%
liberty	1	0,5%

Fonte: Elaboração Própria.

Paralelamente, observa-se uma intensificação expressiva do vocabulário democrático. Os termos *democracy* (1.017 ocorrências) e *democratic* (601 ocorrências) passam a ocupar posições centrais, figurando de maneira consistente em obras como *We*

Are All Democrats Now (2011), onde a *democracy* atinge o ápice proporcional de 42,0% das menções (92 ocorrências), acompanhada por *democratic* com 6,8%. Essa centralidade marca uma mudança substantiva: a democracia deixa de ser um pano de fundo normativo implícito e passa a ser objeto direto de problematização teórica ante sua iminente desaparecimento. É nesse contexto que emerge o conceito de desdemocratização.

Tabela 16 - Número de menções e percentual do total - *We Are All Democrats Now*

Palavra	Menções	% do total
democracy	92	42,0%
power	58	26,5%
freedom	20	9,1%
democratic	15	6,8%
liberalism	7	3,2%
democratization	7	3,2%
neoliberalism	6	2,7%
liberty	3	1,4%
de-democratization	3	1,4%
citizenship	2	0,9%
de-democratizing	2	0,9%
gender	1	0,5%
neocons	1	0,5%
neoconservatism	1	0,5%
dedemocratizing	1	0,5%

Fonte: Elaboração Própria

Embora suas variações lexicais (*de-democratization*, *anti-democratic*) apresentem baixa frequência absoluta (apenas 1,4% em 2011 e 0,1% em 2015), essa escassez contrasta com sua centralidade analítica. A desdemocratização não opera como palavra-chave repetida, mas como a síntese interpretativa de processos descritos por meio de outros conceitos mais recorrentes, como se nota em *Undoing the Demos*, onde o processo é detalhado através do esvaziamento da soberania popular.

A permanência do termo *power* — o mais frequente do corpus (3.784 ocorrências) — reforça a continuidade crítica entre as fases, mas sua função analítica se transforma radicalmente. Se nas fases iniciais o poder explicava a constituição da subjetividade, aqui ele é mobilizado para compreender a reconfiguração da própria gramática da política democrática. O neoliberalismo, nesse sentido, é uma forma de poder que desloca valores democráticos para lógicas de mercado. Esse deslocamento é particularmente evidente na reconfiguração do conceito de *freedom* (1.283 ocorrências totais), que mantém presença

em obras como *In the Ruins of Neoliberalism* (2019) com 17,1% e *Nihilistic Times* (2023) com 13,6%. Na Fase III, a liberdade deixa de ser uma promessa normativa ambígua e passa a ser analisada como liberdade neoliberal, redefinida em termos de escolha individual e empreendedorismo de si. Em *Undoing the Demos*, essa transformação mostra como a racionalidade neoliberal converte cidadãos em capital humano, o que é corroborado pela centralidade de *citizenship* em *Sacrificial Citizenship* (2015), com 11,3% das menções, onde a cidadania passa a ser uma prática individualizada e sacrificial (termo que registra 1,0% especificamente nesta obra).

Nos trabalhos mais recentes, observa-se o ápice do pessimismo diagnóstico de Brown. Em *In the Ruins of Neoliberalism* (2019), o termo *power* detém 21,3% das menções, enquanto o *neoliberalism* ainda ocupa 10,6%, cercado por um vocabulário de crise onde a *democracy* cai para 14,3%. Já em *Nihilistic Times* (2023), o termo *power* recupera uma hegemonia absoluta de 53,1% (152 menções), indicando que a *democracy* (8,7%) aparece agora não apenas como enfraquecida, mas como uma forma política que perdeu a capacidade de mobilizar sentido diante do niilismo.

Em contrapartida, a obra *The Power of Tolerance* (2013) mostra que, antes do mergulho final no neoliberalismo, Brown reafirma a base do poder com 64,4%, conectando-o à *democratic* (11,4%) para enfrentar as teorias normativas. Ao articular esses dados, Brown oferece uma interpretação abrangente da crise contemporânea, na qual a liberdade torna-se um dos vetores centrais de corrosão da democracia. Do ponto de vista da dissertação, essa fase consolida o argumento de que a desdemocratização é um efeito de longo prazo da expansão da racionalidade neoliberal, deixando questões fundamentais sobre os significados possíveis da liberdade em contextos pós-neoliberais.

Tabela 17. Número de menções e percentual do total – *The Power of Tolerance: A Debate*

power	130	64,4%
democratic	23	11,4%
freedom	13	6,4%
liberalism	9	4,5%
democracy	6	3,0%
gender	6	3,0%
feminist	4	2,0%
citizenship	3	1,5%
neoliberalism	2	1,0%
liberty	2	1,0%
woman	2	1,0%
democratization	1	0,5%
de-democratization	1	0,5%

Fonte: Elaboração Própria

Tabela 18. Número de menções e percentual do total – *In the Ruins of Neoliberalism: The Rise Of Anti-Democratic Politics In The West*

Palavra	Menções	% do total
power	346	21,3%
freedom	278	17,1%
liberalism	258	15,9%
democracy	233	14,3%
neoliberalism	173	10,6%
democratic	136	8,4%
liberty	126	7,7%
gender	30	1,8%
neocons	13	0,8%
feminist	9	0,6%
democratization	6	0,4%
citizenship	5	0,3%
feminism	4	0,2%
neoconservatism	4	0,2%
woman	3	0,2%
womens	2	0,1%
dedemocratizing	1	0,1%

Fonte: Elaboração Própria

Tabela 19. Número de menções e percentual do total – *Nihilistic Times: Thinking With Max Weber*

Palavra	Menções	% do total
power	152	53,1%
freedom	39	13,6%
liberalism	25	8,7%
democracy	25	8,7%
democratic	18	6,3%
gender	9	3,1%
neoliberalism	9	3,1%
liberty	3	1,0%
citizenship	3	1,0%
feminist	1	0,3%
feminism	1	0,3%
democratization	1	0,3%

Fonte: Elaboração Própria

5.4 Síntese Comparativa: A Trajetória da Crítica e as Mutações do Poder

A análise comparativa das três fases da produção intelectual de Wendy Brown revela uma trajetória que não se define pela ruptura, mas por um alargamento progressivo de escala analítica, no qual a autora transita da microfísica do sujeito para a macrofísica das racionalidades de governo. O dado estatístico mais contundente desse percurso é a estabilidade hegemônica do conceito de *power*, que se mantém como o eixo estruturante de todo o corpus, registrando presença em 100% dos documentos analisados. Essa perenidade quantitativa oferece o suporte empírico para uma interpretação qualitativa central: Brown nunca abandona a matriz foucaultiana de análise, utilizando-a como uma bússola que orienta seu olhar desde a denúncia do caráter masculinista do Estado na década de 1980 até o diagnóstico do niilismo político na década de 2020. O poder, portanto, não é um objeto estático em sua obra, mas um fenômeno plástico que assume diferentes configurações léxicas e políticas conforme o contexto histórico se altera.

A transição da Fase I para as fases subsequentes ilustra o que se pode denominar como a "desterritorialização do gênero" em favor de uma crítica da governamentalidade. Enquanto nos trabalhos iniciais o "bloco léxico do gênero" (composto por termos como *gender*, *feminist* e *feminism*) exercia uma dominância proporcional massiva — chegando a representar 38,4% das menções em *States of Injury* —, observa-se um declínio estatístico desses termos conforme a autora desloca seu foco para o aparato jurídico-liberal e, posteriormente, para a racionalidade neoliberal. Esse movimento, contudo, não

A Figura 2 apresenta a rede de correlação entre as principais categorias analíticas, permitindo visualizar a organização semântica do vocabulário político de Brown no conjunto do corpus. Diferentemente das análises de frequência simples, a rede de correlação explicita os padrões de agrupamento entre as palavras, revelando como os conceitos se articulam entre si no interior da argumentação da autora. Trata-se, portanto, de uma técnica relacional, derivada da Análise de Conteúdo, que permite observar não apenas *quais* categorias são mobilizadas, mas *como* elas se conectam.

Do ponto de vista técnico, a rede foi construída a partir da identificação das correlações estatísticas entre as palavras-chave do dicionário analítico previamente validado, considerando sua coocorrência nos documentos do corpus. Cada nó representa uma unidade de registro, enquanto as conexões indicam associações recorrentes entre os conceitos, sendo a proximidade espacial e a densidade das ligações interpretadas como indicadores da força dessas relações semânticas. Importa destacar que essa visualização não introduz novas categorias analíticas, nem substitui a leitura interpretativa, mas opera como um instrumento de síntese que organiza, de forma gráfica, os padrões já identificados na etapa quantitativa da análise de conteúdo.

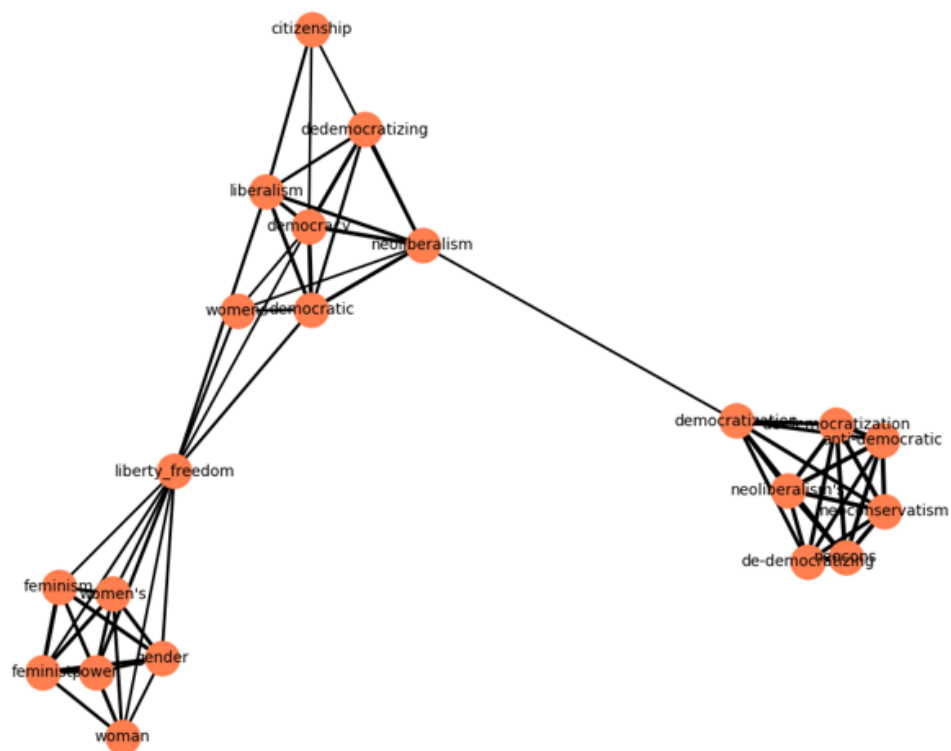
A leitura da rede revela a formação de campos semânticos relativamente distintos, porém interconectados, corroborando a ideia de que a trajetória intelectual de Wendy Brown se caracteriza por deslocamentos progressivos de ênfase conceitual. Observa-se, em primeiro lugar, um núcleo denso articulado em torno de termos como *democracy*, *democratizing*, *liberalism* e *citizenship*, que remete ao período em que a autora direciona sua crítica ao funcionamento normativo e institucional da democracia liberal. Esse campo reflete a fase intermediária de sua obra, na qual o foco desloca-se das identidades para as tecnologias jurídico-políticas que moldam a participação democrática.

Em contraste, identifica-se um segundo agrupamento fortemente coeso composto por termos associados ao léxico feminista — *gender*, *feminism*, *feminist*, *woman* e *women's* — cuja centralidade diminui nas fases posteriores, mas cuja presença relacional permanece significativa. A posição desse bloco na rede indica que o vocabulário do gênero não desaparece da obra de Brown, mas é progressivamente rearticulado e conectado a conceitos mais amplos, como *freedom* e *liberty*, que operam como nós de mediação entre a crítica feminista inicial e a análise posterior das racionalidades políticas. Esse achado reforça a interpretação de que a autora não abandona o feminismo, mas o desloca para um plano analítico menos identitário e mais estrutural.

Um terceiro campo semântico emerge de forma mais concentrada em torno de termos como *neoliberalism*, *neoconservatism*, *anti-democratic* e *de-democratization*, evidenciando a consolidação, na fase final da obra, de um diagnóstico crítico da democracia contemporânea. A densidade interna desse agrupamento sugere um fechamento conceitual maior, compatível com o momento em que Brown passa a tratar o neoliberalismo não apenas como um fenômeno econômico ou político entre outros, mas como uma racionalidade totalizante que reorganiza subjetividades.

Particularmente relevante é o posicionamento relacional do conceito de *neoliberalism*, que atravessa diferentes campos da rede sem se fixar exclusivamente em um único agrupamento. Essa característica visualiza empiricamente seu estatuto de conceito disputado e transversal, conectando a crítica à democracia liberal, ao conservadorismo político e aos processos de desdemocratização.

Gráfico 1 – Rede de correlação de palavras



Fonte: Python – Elaboração Própria

O Gráfico 1 foi elaborado a partir de código desenvolvido em Python, apresentado integralmente no Apêndice A.

Em conjunto, a análise relacional apresentada no gráfico 1 reforça os achados da síntese comparativa das três fases da obra de Wendy Brown. Ela reforça que a desdemocratização não surge como um diagnóstico abrupto, mas como o ponto culminante de uma trajetória analítica que, desde seus primeiros escritos, investiga as metamorfoses do poder e suas formas contemporâneas de sujeição.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais desta dissertação consolidam a compreensão de que a desdemocratização contemporânea não deve ser entendida apenas como retrocesso institucional ou fenômeno conjuntural, mas como uma mutação estrutural e sistêmica na racionalidade política, impulsionada pela lógica neoliberal. Esse processo erosivo não destrói abruptamente as formas institucionais — eleições, parlamentos e tribunais —, mas corroe por dentro os princípios substantivos da democracia, incluindo a soberania popular, a igualdade política e a participação coletiva no autogoverno. Sob essa lógica, o Estado transforma-se em gestor empresarial, o *homo politicus* é convertido em capital humano e a liberdade assume o caráter de instrumento de individualização, disciplina e gestão de riscos, caracterizando a chamada cidadania sacrificial.

A desdemocratização, segundo Wendy Brown, manifesta-se de maneira sistêmica quando o poder soberano é progressivamente transferido do *demos* para grandes corporações e interesses privados. Funções essenciais do Estado — como saúde, educação, segurança e moradia — deixam de ser mediadas pelo interesse coletivo, passando a obedecer à lógica da valorização econômica e do retorno financeiro. O voto, por sua vez, é mercantilizado, transformando-se em ato de consumo e convertendo candidatos em produtos de marketing político, o que compromete o caráter deliberativo da escolha eleitoral. Ao mesmo tempo, a judicialização da política desloca decisões estratégicas para tribunais e órgãos não eleitos, minando o controle direto da população sobre o processo político e tornando os cidadãos meros “acionistas” impotentes diante de governos capturados por interesses econômicos. A erosão da soberania do Estado-nação, intensificada pelos fluxos globais de capital, evidencia a natureza multidimensional e sistêmica da desdemocratização.

A racionalidade neoliberal não se limita à esfera econômica, mas atua na formação da subjetividade e na reconfiguração das instituições, moldando comportamentos individuais e coletivos. A cidadania sacrificial representa a internalização de falhas e riscos do sistema, onde os indivíduos assumem responsabilidades impostas por políticas de austeridade, privatizações e redução de direitos sociais. A liberdade, nesse contexto, deixa de ser entendida como participação coletiva no bem comum, passando a ser concebida como autonomia para consumir, empreender e gerir a própria vida dentro dos limites estabelecidos pelo mercado. Esse tipo de liberdade funciona como mecanismo de

disciplina e isolamento, neutralizando a solidariedade necessária à resistência democrática e à preservação de espaços públicos.

Do ponto de vista institucional, a desdemocratização se manifesta em cinco dimensões críticas: a transferência de funções soberanas para corporações privadas, a mercantilização das eleições, a subordinação do interesse público a metas empresariais, a ampliação do poder de instâncias não eleitas e a erosão da soberania do Estado-nação frente a fluxos globais de capital. Essas tendências são corroboradas por dados do Instituto V-Dem, que apontam para uma “Terceira Onda de Autocratização”, atingindo 72% da população mundial, caracterizada pela erosão gradual de normas informais de tolerância e controle mútuo, mesmo em democracias consolidadas, como Estados Unidos, Hungria, Índia e El Salvador. A análise evidencia que o fenômeno é global, sistêmico e multifacetado, atravessando diferentes contextos e culturas políticas.

A trajetória intelectual de Wendy Brown permite compreender como a desdemocratização se articula na teoria e na prática. A análise de conteúdo de sua produção revela três fases: a primeira (1988–2000), centrada na microfísica do poder e na crítica feminista, questionando como a dominação molda subjetividades; a segunda (2001–2010), voltada à crítica das racionalidades de governo e das ambiguidades do liberalismo, evidenciando mecanismos de despolíticação; e a terceira (2011–2023), consolidando a crítica ao neoliberalismo como racionalidade que desfaz o demos, transformando a política em técnica e a democracia em um signo formal vazio. Em todas as fases, o conceito de poder se mantém como categoria central, permitindo conectar a transformação subjetiva à erosão das instituições e da soberania popular.

A compreensão da desdemocratização tem implicações práticas significativas. Enfrentar esse fenômeno exige mais do que ajustes institucionais: demanda a reconstrução da liberdade substantiva, a proteção do espaço público da lógica mercadológica e a promoção de solidariedade coletiva. Políticas de previdência, educação e saúde não devem ser apenas ajustadas financeiramente, mas repensadas de modo a garantir proteção social e direitos efetivos. Estudos futuros podem aprofundar a análise em contextos do Sul Global, investigar setores específicos da política pública e explorar estratégias de resistência institucional e mobilização social que fortaleçam a democracia.

Em síntese, a obra de Wendy Brown evidencia que a crise democrática contemporânea não é apenas uma série de rupturas ou falhas pontuais, mas uma revolução

silenciosa que corrói os pressupostos do político, redefinindo liberdade, cidadania e soberania. Compreender essas transformações é condição indispensável para formular estratégias que fortaleçam a democracia frente ao nihilismo e à racionalidade neoliberal. A preservação do regime democrático exige não apenas a manutenção formal de instituições, mas a reconstrução do conteúdo substantivo da democracia, garantindo liberdade emancipatória, participação coletiva e solidariedade. A perspectiva de Brown oferece a lente crítica necessária para interpretar, resistir e propor alternativas à desdemocratização.

7. REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016. 279 p.
- BERMEO, N. On democratic backsliding. *Journal of Democracy*, v. 27, n. 1, 2016.
- BROWN, W. *American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism, and De-Democratization*. *Political Theory*, v. 34, n. 6, p. 690-714, dez. 2006. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20452506>. Acesso em: 15 jan. 2025.
- BROWN, Wendy. *Edgework: Critical Essays on Knowledge and Politics*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2005. 171 p.
- BROWN, Wendy. *Feminist theory and The Frankfurt School: Introduction*. *boundary 2*, v. 32, n. 1, p. 1–21, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1215/10407391-2005-001>. Acesso em: 12 jan 2026.
- BROWN, Wendy. HOJE EM DIA, SOMOS TODOS DEMOCRATAS. *Sapere Aude*, [S.L.], v. 9, n. 17, p. 291-302, 13 jul. 2018. Pontificia Universidade Católica de Minas Gerais. <http://dx.doi.org/10.5752/p.2177-6342.2018v9n17p291-302>. Acesso em: 15 jan. 2026.
- BROWN, Wendy. *In the Ruins of Neoliberalism: The Rise of Anti-Democratic Politics in the West*. New York: Columbia University Press, 2019. 260 p.
- BROWN, Wendy. *Manhood and Politics: A feminist reading in Political Theory*. Totowa, NJ: Rowman & Littlefield Publishers, 1988. 215 p.
- BROWN, Wendy. Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019. 254 p.
- BROWN, Wendy. *Nihilistic Times: Thinking with Max Weber*. Massachusetts: Harvard University Press, 2023. 140 p.
- BROWN, Wendy. *Politics out of History*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2001. 202 p.
- BROWN, Wendy. *Power after Foucault*. In: *The Oxford Handbook of Political Theory*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2006. p. 65–84. cap. 3.
- BROWN, Wendy. *Regulating Aversion: Tolerance in The Age of Identity and Empire*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2006. 283 p.
- BROWN, Wendy. *Sacrificial Citizenship: neoliberalism, human capital, and austerity politics*. *Constellations*, [S.L.], v. 23, n. 1, p. 3-14, mar. 2016. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/1467-8675.12166.5>. Acesso em: 15 jan. 2026.
- BROWN, Wendy. *States of Injury: Power and Freedom in Late Modernity*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1995. 218 p.
- BROWN, Wendy; DI TULLIO, Anabella; SMIRAGLIA, Romina. *Suffering rights as paradoxes*. Las Torres de Lucca: Revista Internacional de Filosofia Política, v. 9, n. 17, p. 243–261, 2020.
- BROWN, Wendy. *The impossibility of women's studies*. In: _____. *Women's Studies on the Edge*. [S.l.]: [s.n.], 1997. cap. 1.

- BROWN, Wendy; FORST, Rainer. *The Power of Tolerance: A Debate*. New York: Columbia University Press, 2014. 112 p.
- BROWN, Wendy. *Tolerance and/or equality? The "Jewish Question" and the "Woman Question"*. *differences: A Journal of Feminist Cultural Studies*, v. 15, n. 2, p. 1–31, 2004. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/170545>. Acesso em: 13 jan 2026.
- BROWN, Wendy. *Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution*. New York: Zone Books, 2015. 297 p.
- BROWN, Wendy. *Walled States, Waning Sovereignty*. New York: Zone Books, 2010. 183 p.
- BROWN, Wendy. *We are all democrats now* *Theory & Event*, v. 13, n. 2, 2010. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1353/tae.0.0133>. Acesso em: 13 jan 2026.
- CASTELLS, Manuel. *Ruptura: A crise da democracia liberal*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016. 413 p.
- DIAMOND, Larry. *Facing Up to the Democratic Recession*. *Journal Of Democracy*, [S.L.], v. 26, n. 1, p. 141-155, 2015. Project Muse. <http://dx.doi.org/10.1353/jod.2015.0009>.
- FONSECA, Pedro. *A Ciência Política e a crise da democracia*. *Political Observer: Revista Portuguesa de Ciência Política*, Lisboa, n. 13, p. 69-86, 2020. DOI: <https://doi.org/10.33167/2184-2078.RPCP2020.13/pp.69-86>.
- FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- HABERMAS, Jürgen – *Legitimation Crisis*. Boston: Beacon Press, 1988.
- HUNTINGTON, Samuel. *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Ática. 1994
- INGLEHART, Ronald. *The silent Revolution*. Princeton: Princeton University Press, 1977.
- INGLEHART, R.; NORRIS, P. *Cultural Backlash: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism*. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.
- INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. *Modernization, cultural change, and democracy: the human development sequence*. New York: Cambridge University Press, 2005.
- KRIPPENDORFF, Klaus. *Content Analysis: An Introduction to Its Methodology*. 2. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2004. 413 p.
- KOSELLECK, Reinhart. *Histórias de conceitos: Estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social*. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020. 560 p.
- KOSELLECK, Reinhart. *UMA HISTÓRIA DOS CONCEITOS: problemas teóricos e práticos*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146, 30 jul. 1992.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. Como as democracias morrem. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LINZ, Juan; STEPAN, Alfred. *Problems of Democratic Transition and Consolidation: Southern Europe, South America, and Post- Communist Europe*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1996.

MOUNK, Yascha. O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

O'DONNELL, Guillermo. *Horizontal accountability in new democracies*. In Journal of Democracy. Vol. 9, N.º 3, 1998, pp. 112-126.

PRZEWORSKI, A. Crises da democracia. São Paulo: Cia das Letras, 2021.

SKINNER, Quentin. Visões da política: sobre os métodos históricos. Tradução: João Pedro George. Alges: Difel, 2005. 293 p.

STREECK, Wolfgang. *Buying time: the delayed crisis of democratic capitalism*. London: Verso, 2014

V-DEM INSTITUTE. *Democracy Report 2025: 25 Years of Autocratization – Democracy Trumped? Gothenburg: University of Gothenburg*, mar. 2025. Disponível em: https://www.v-dem.net/documents/60/V-dem-dr__2025_lowres.pdf. Acesso em: 15 jan. 2026.

APÊNDICE A - CÓDIGO EM PYTHON PARA A CONSTRUÇÃO DA REDE DE CORRELAÇÃO ENTRE PALAVRAS

Este apêndice apresenta o código desenvolvido em *Python* utilizado para a construção da rede de correlação entre palavras, empregada na análise das relações conceituais no corpus empírico desta dissertação. O script foi elaborado com base nas bibliotecas *NetworkX* e *Matplotlib* e tem como objetivo representar graficamente as associações estatisticamente relevantes entre os conceitos, a partir de uma matriz de correlação previamente calculada.

A metodologia adotada consiste na criação de um grafo não direcionado, no qual cada nó representa uma palavra ou conceito, e cada aresta corresponde a uma correlação cujo valor absoluto é igual ou superior ao limiar estabelecido ($\geq 0,5$). Essa estratégia permite filtrar relações fracas e destacar apenas associações conceitualmente significativas, facilitando a interpretação da estrutura relacional do corpus.

A disposição espacial dos nós é definida por meio do algoritmo *spring layout*, que organiza a rede com base em forças de atração e repulsão, favorecendo a visualização de agrupamentos conceituais. A espessura das arestas é proporcional à magnitude da correlação, reforçando visualmente a intensidade das relações identificadas. O código apresentado assegura a reprodutibilidade da análise e a transparência dos procedimentos metodológicos empregados na construção do gráfico discutido no corpo da dissertação.

```
import networkx as nx
import matplotlib.pyplot as plt

# Definição do limiar mínimo de correlação
limite_corr = 0.5

# Criação do grafo não direcionado
G = nx.Graph()

# Adição dos nós a partir das colunas da matriz de correlação
palavras = matriz_corr.columns
G.add_nodes_from(palavras)
```

```

# Inclusão das arestas com base no limiar de correlação
for i in range(len(palavras)):
    for j in range(i + 1, len(palavras)):
        corr_val = matriz_corr.iloc[i, j]
        if abs(corr_val) >= limite_corr:
            G.add_edge(palavras[i], palavras[j], weight=corr_val)

# Configuração do gráfico
plt.figure(figsize=(12, 12))
pos = nx.spring_layout(G, k=0.5)

# Definição da espessura das arestas conforme o peso da correlação
weights = [abs(edge[2]['weight']) * 3 for edge in G.edges(data=True)]

# Desenho da rede
nx.draw_networkx_nodes(G, pos, node_color='coral', node_size=500)
nx.draw_networkx_edges(G, pos, width=weights)
nx.draw_networkx_labels(G, pos, font_size=10)

plt.title('Rede de Correlação entre Palavras')
plt.axis('off')
plt.show()

```